

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**CAMPUS DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**JUSTIÇA AGRÁRIA ESPECIALIZADA: A ADOÇÃO DO IDEÁRIO**  
**AGRARISTA**

**LEANDRO SANTOS ARAÚJO**

**Cacoal/RO**  
**2008**

**LEANDRO SANTOS ARAÚJO**

**JUSTIÇA AGRÁRIA ESPECIALIZADA: A ADOÇÃO DO IDEÁRIO  
AGRARISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
*campus* Cacoal, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Direito sob  
orientação da Prof. Esp. Silvério dos Santos  
Oliveira.

**Cacoal/RO  
2008**

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE**

O acadêmico **LEANDRO SANTOS ARAÚJO** desenvolveu o trabalho de conclusão de curso, cujo tema é **JUSTIÇA AGRÁRIA ESPECIALIZADA: A ADOÇÃO DO IDEÁRIO AGRARISTA**, observando os critérios estabelecidos no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, bem como obedeceu ao projeto de monografia apresentado ao Departamento do Curso de Direito.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho obedecido os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim, o Acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia perante a banca examinadora.

Cacoal/RO, 14 de março de 2008.

**Professor Esp. Silvério dos Santos Oliveira**  
Orientador

**LEANDRO SANTOS ARAÚJO**

**JUSTIÇA AGRÁRIA ESPECIALIZADA: A ADOÇÃO DO IDEÁRIO AGRARISTA**

**AVALIADORES**

Professor Esp. Silvério dos Santos Oliveira	Nota
Professor (a) Avaliador (a) 2	Nota
Professor (a) Avaliador (a) 3	Nota

Média Final

Cacoal/RO

2008

Dedico aos que lutam pela verdade, que abraçam a sabedoria, que irrigam a terra com o suor do seu trabalho, e acima de tudo, preservam a vida. Àqueles que defendem a justiça social no campo.

Agradeço a Deus, pela vida constituir-se numa eterna oportunidade de aprendizado.

A Mamãe, especialmente, pelas inúmeras demonstrações de amor e compreensão nos momentos difíceis e pelo auxílio na realização deste trabalho.

Aos Professores do Curso de Direito, que contribuíram para o aprimoramento do meu conhecimento.

Ao Professor Silvério dos Santos Oliveira, orientador, que contribuiu na reflexão do presente trabalho com dedicação e paciência e todo apoio concedido.

A todos os meus irmãos e amigos, pelo incentivo e contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.*

Rui Barbosa

## RESUMO

ARAÚJO, Leandro Santos. Justiça Agrária Especializada: A Adoção do Ideário Agrarista, 80 folhas, Monografia. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, 2008.

A terra foi sempre a causa primeira de inúmeros e diversos tipos de conflitos de interesses. Ora entre indivíduos, ora envolvendo as próprias nações e até as guerras de conquistas e ocupações. Não indiferente, no Brasil, a propriedade rural e a sua forma de concessão para produzir, sempre foi uma preocupação dos governantes. A ascensão dos conflitos pela posse e pelo uso da terra, implicaram no surgimento de diversos dispositivos legais que, paulatinamente, cuidaram de preservar a sua regulamentação. Dessa forma, o interesse pela terra e as modernas teorias da democratização da propriedade rural, fizeram resplandecer a autonomia da matéria agrária dentro da ciência jurídica. Muito embora, o Direito tenha se modernizado na sua conjuntura legal, conforme as inovações em matéria constitucional, como o Princípio da Função Social da Propriedade Rural, as evidências de conflitos agrários permanece na agenda das questões mal resolvidas do Estado. O insucesso do Estado em promover mecanismos que inibam a deficiência da estrutura agrária, corroborada com a deformação da estrutura fundiária, tem ratificado a necessidade da implantação de um ramo jurisdicional agrário autônomo que trate dos clamores da problemática agrarista, dirimindo os conflitos oriundos desta seara, e das relações que dela venham emergir. A instituição da Jurisdição Agrária contribuirá com os rigores da agilidade processual, posta em destaque nos dias atuais, visando à completude da celeridade do processo, informada na Emenda Constitucional nº. 45/2004. Finalmente, a implantação da Justiça Agrária no Brasil garantirá com maior possibilidade, a efetivação da Função Social da Terra, além de tornar real a tramitação da Reforma Agrária, preconizada no Estatuto da Terra, Lei 4.504/64.

**Palavras – chave:** conflitos agrários. função social da propriedade rural. celeridade. justiça agrária.



## **ABSTRACT**

ARAÚJO, Leandro Santos. Specialized Agrarian Justice: The Adoption of Ideation Agrarian, 80 pages, Monograph. Foundation Federal University of Rondônia - Campus of Cacoal, 2008.

The earth has always been a question first of many and various types of conflicts of interest. But among individuals, sometimes involving their own nations and to the wars, conquests and occupations. It's different in Brazil, the farm and its form of grant to produce, has always been a concern of governments. The rise of conflicts by the possession and use of land, resulted in the emergence of various legal devices that, gradually, carefully preserved its regulations. Thus, the interest in the land and the modern theories of democratization of rural property, have given autonomy of the land area within the legal science. Although the law has been modernized in its legal juncture, as the innovations in constitutional matters, such as the Principle of Social Function of Rural property, the evidence of agrarian conflicts remains on the commitment of the issues not well resolved of the state. The unsuccessful of the State to promote mechanisms that inhibit the deficiency of the agrarian structure, corroborated with the deformation of the structure, have ratified the necessity of establishing a judicial branch agrarian standalone that treated the claim of the agrarian problems, looking for a solution for the conflicts from this area, and the relationships that it will emerge. The institution of Agrarian Jurisdiction strickly contribute with the agility procedure, called in emphasis nowadays aiming at completeness of the procedure, informed the Constitutional Amendment No. 45/2004. Finally, the establishment of the Agrarian Justice in Brazil to ensure greater opportunity, the effectiveness of the Social Function of the Earth, and besides turning into a real Agrarian Reform, called the Statute of the Earth, Law 4.504/64.

Words - key: agrarian conflicts. Social function of the farm. Speed. Justice agrarian.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>ASSERTIVAS SOBRE A PERSPECTIVA RURAL: DOS PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>14</b>
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA – DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE.....	14
2.2	O PROBLEMA RURAL NO BRASIL.....	21
2.2.1	O TRABALHO ESCRAVO.....	23
2.2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS.....	26
2.3	TRAJETÓRIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	30
2.4	OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO.....	35
<b>3</b>	<b>PRINCÍPIOS GERAIS ADMITIDOS NO DIREITO AGRÁRIO.....</b>	<b>36</b>
3.1	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	36
3.1.1	CONCEITO.....	37
3.1.2	REQUISITOS LEGAIS.....	38
3.1.3	EFETIVIDADE.....	39
3.2	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NORTEADORES DO DIREITO AGRÁRIO.....	41
3.2.1	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	42
3.2.2	PRINCÍPIO DA JUSTIÇA SOCIAL.....	42
3.2.3	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	42
3.2.4	PRINCÍPIO DA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	43
3.2.5	PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO.....	44
3.2.6	PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.....	44
3.2.7	PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR.....	45
3.2.8	PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE COLETIVO SOBRE O INDIVIDUAL.....	45
3.2.9	PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO E DA DIGNIDADE DAS PESSOAS.....	45
3.3	PRINCÍPIOS ORDENADORES NA JURISDIÇÃO AGRÁRIA.....	46
<b>4</b>	<b>JUSTIÇA ESPECIAL AGRÁRIA: A FUNÇÃO SOCIAL DO IDEÁRIO AGRARISTA NOS CONFLITOS AGRÁRIOS.....</b>	<b>50</b>
4.1	A JUSTIÇA AGRÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	50
4.1.1	PRECEDENTES.....	50

4.1.2	JUSTIÇA AGRÁRIA NO PLANO CONSTITUCIONAL.....	54
4.2	A IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL.....	59
4.2.1	CORRENTE DOUTRINÁRIA CONTRÁRIA.....	60
4.2.2	CORRENTE DOUTRINÁRIA FAVORÁVEL.....	61
4.3	A COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL AGRÁRIA NOS PAÍSES ESTRANGEIROS.....	65
4.4	A JUSTIÇA AGRÁRIA COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA E DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA.....	67
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>74</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade abordar a sustentabilidade e a viabilidade da implantação da Justiça Agrária no Brasil, pela instauração de Tribunais Agrários Especializados. Para tanto, será levado em consideração a interação do tema com o cenário jurídico sócio-político nacional, e sua conseqüente relevância no papel democrático brasileiro. Certamente, a nação carece da necessidade de um ramo jurisdicional mais célere e dinâmico, que possa contribuir com a aplicação eficaz do Direito Agrário e Leis adjacentes, especialmente, do Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/64), tratando com maior intrepidez a realidade da problemática agrarista brasileira, com todos seus conflitos e insatisfações.

O tema, ora se consubstancia como uma das maiores preocupações deste país. È mister a garantia à vida, a moradia, à alimentação sadia e necessária, etc., todas incluídas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, então, é notório que a perpetuação da espécie humana inexistente sem o compromisso de homens e mulheres incumbidos de garantirem a produção de bens de consumo que venham a sustentar as gerações presentes e futuras. Nisso, cabe a necessidade de uma organização plausível e controlada, direcionada a diagnosticar, elaborar, desenvolver, promover e coibir as possíveis falhas, advindas da evolução do processo produtivo de bens de consumo, principalmente, produção de alimentos. Tudo para que não se perca a direção do foco, que é a vida.

Neste fito, a terra é a causa primeira na concepção da dignidade e da cidadania do ser humano, que, via de regra, tem uma função social a cumprir, na responsabilidade do Estado Moderno de Direito. A posse e o uso da terra, neste aspecto, configuram-se como a causa principal da nevrálgia dos conflitos agrários.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 através do art. 126, e da Emenda Constitucional nº. 45, estabeleceu a criação de Varas Especializadas, no trato agrário, que, entretanto, tem demonstrado denotada limitação e neutralidade em questões a exigir a adoção de princípios de oralidade e interveniência do juiz, conformistas no oferecimento de respostas mais ágeis e adequadas, dentro do prazo imposto esperado para as decisões.

Ademais, o estudo tem o fulcro de examinar a necessidade de um setor especializado que venha a dirimir os constantes conflitos oriundos do campo, constantemente impregnados de violência, e que a contragosto, vêm sendo tratados com descaso, seja pela morosidade, ou pela falta de entendimento da matéria na sua relevância social. Portanto, o presente estudo vem questionar, sobretudo, a eficiência da Justiça no atendimento dos reclamos do campo, nas suas diversas particularidades.

O estudo fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na especificidade do art. 126, e sua Emenda Constitucional de nº. 45/2004, na Proposta de Emenda à Constituição de nº. 122/2003, na Lei nº. 4504/64, o Estatuto da Terra, além de outras normas correlatas à matéria. A interpretação será a sistemática e teleológica.

## **2. ASSERTIVAS SOBRE A PERSPECTIVA RURAL: DOS PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE**

### **2.1. A Questão Agrária – Dos Primórdios à Atualidade**

A questão ruralista brasileira, posta na atualidade, sediada por diversos conflitos, descompassada entre a regra e a realidade, não é, e jamais se portou em coerência e tranquilidade. Mesmo em solo estrangeiro.

Volvem-se muito atrás, nos anais da civilização, os primeiros indícios de atividade agrária, de forma primitiva. O homem primitivo possuía apenas o impulso de retirar do solo os alimentos necessários à sua sobrevivência, quando não, praticavam a pesca. Eram nômades, mas com o tempo organizaram-se em grupos (tribos), e daí por diante, iniciaram, lentamente, o aprendizado do processo de plantio e cultivo de alimentos, além de citar o aparecimento dos primeiros pastores de reses.

Após este primeiro momento, os homens, possivelmente, já familiarizados com o nascedouro das primeiras etapas da então evolutiva gênese agrária, vislumbraram dois grandes acontecimentos relevantes – o nascimento do comércio, praticado através do escambo dos produtos advindos do campo, e, – a imprescindível criação de normas que viessem a regular estas relações negociais agrárias. Dessa forma, inaugurou-se o início da preocupação com a questão agrária.

Nesse diapasão, o Prof. Agrarista Alcir Gursen de Miranda, apud, Benedito Ferreira Marques <sup>1</sup>, assinala:

As primeiras normas reguladoras dos povos antigos foram normas diferenciadas e que a relação do homem com a terra excedia os limites do jurídico, chegou à conclusão de que o Código de Hammurabi, do povo babilônico, pode ser considerado o primeiro Código Agrário da Humanidade.

Tal entendimento se reforça, conforme argumentos do elogiado Professor, ao fato de que o citado Código, do séc. XVII a.C, sintetizado em 280 parágrafos, possuía extraordinários 65 títulos específicos com assuntos categoricamente agrarista, a exemplo, o Cap. V, que tratava da locação e cultivo dos fundos rústicos; o Cap. XII, que cuidava do empréstimo e locação de bois; o Cap. XIV, que se referia à tipificação delituosa da morte humana pela chifrada de boi; o Cap. XVI, que regia a situação dos agricultores; e o Cap. XVII, que tratava dos pastores. <sup>2</sup>

Não se pode duvidar, que tais aspectos normativos do interesse agrário, configurassem como os primeiros tratados da base de compreensão do sistema agrário presente em nossos dias. Outrossim, não se pode olvidar que o estudo em questão pairaria por incompleto, caso fosse abstraído o exame da valorosa contribuição ao conhecimento na perspectiva agrária – trata-se da engenhosidade normativa, “Lei das XII Tábuas” (450 a.C.), podendo ser, com certeza, uma das mais avançadas criações legais, com conteúdo agrário, do mundo antigo. <sup>3</sup>

A Lei das XII Tábuas contemplava premissas jurídicas que estão presente até hoje nos inúmeros institutos da Ciência do Direito, qual seja, na responsabilidade civil ambiental, no Usucapião, que conduz ao instituto da posse, figura jurídica das vertentes civilistas e agraristas, no Penhor, que no ordenamento jurídico agrário contemporâneo tem larga aplicação, a exemplo, os financiamentos agrícolas, etc. Outrora, outros povos também contribuíram relevantemente, com o arcabouço jurídico agrário, dentre tantos, destacam-se as civilizações grega e romana.

---

<sup>1</sup> Alcir Gursen de Miranda, apud, MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. – 6. ed. ver. , atual. e amp. – Goiânia: AB, 2005, P.01.

<sup>2</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Ob. Cit. P.02.

<sup>3</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, idem.

Desde tempos remotos, na distante sociedade clássica, a problemática rural tem se processado, consubstanciando atritos entre a plebe, os patrícios e a nobreza. A **GRÉCIA** antiga foi cenário desses conflitos.<sup>4</sup> A Sociedade Helênica, representada pelos dóricos da Lacônia (espartanos) e jônicos da Ática (atenienses), possui um lugar de destaque na história, graças à primazia política e econômica no mundo antigo.

A princípio tinham uma organização comunitária, mas com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, com a expansão da propriedade privada e das cidades, essa organização mudou.<sup>5</sup> Para tanto, fatores como a guerra, o comércio e a navegação contribuíram muito para a alteração do Estado primitivo da Grécia, sendo que, já no séc. VI a.C, se apercebia a divisão da sociedade em classes.

Muito embora, a sociedade grega estivesse se estruturando, com a evolução do comércio nas urbes, no campo, infelizmente, contrastava a pobreza das massas espoliadas. Os ricos gozavam do sucesso econômico por conta do aparecimento da moeda, que lhes trouxera novas riquezas e novos hábitos, contudo, a opressão, as injustiças davam sinais de novos antagonismos econômicos.

Houve a toda sorte, na história grega, mais precisamente em Esparta, uma figura que se destacou graças a sua coragem e ousadia no trato político-legalista – essa pessoa foi o legislador Licurgo.

A instituição de Licurgo, talvez a mais ousada, foi a repartição das terras. Reinava naquela época em Esparta uma desigualdade extraordinária. Achava-se a cargo do Estado uma multidão de pobres, enquanto as riquezas afluíam a um exíguo número de famílias, o que suscitava a arrogância, a inveja, a fraude e a prodigalidade. Com o objetivo de suprimir completamente todos esses males e ainda outros muito mais graves que o Estado sofria com consequência da riqueza e da pobreza, Licurgo persuadiu os cidadãos a que entregassem suas terras à coletividade, e repartissem de novo entre eles e vivessem juntos em uma igualdade e em uma comunidade de bens absolutos, de modo a que não buscassem outra vantagem que a virtude, e que não existissem outras desigualdades e diferenças exceto as que implicam os elogios pelas boas ações e as reprimendas pelas más.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995, P.35.

<sup>5</sup> FERREIRA, Pinto, *idem*.

<sup>6</sup> FERREIRA, Pinto, *Ob. Cit.* P.37.



Assim, Licurgo consagrou-se como um dos primeiros revolucionários do comunismo, fiel a seus princípios comunitários – no caso, evidenciou-se como uma das primeiras atitudes de reforma agrária.

Estabeleceu-se a reforma da repartição de terras, os ricos foram obrigados a aceitar o comunismo. Repartiu-se toda a Lacônia, em 30 mil partes, entre seus habitantes, e as terras que circundavam Esparta, em 9 mil partes.<sup>7</sup>

As decisões comunistas de Licurgo na região espartana provocaram grandes influencias no modo de vida do povo, todavia, da nova organização agrária somente as classes dominantes tomaram proveito dos benefícios alçados, causando grande opressão ao restante da população. Dissensões internas na Grécia levaram à luta de Esparta contra Atenas. Esparta sagrou-se vitoriosa.

Em Atenas, na época em que dominava a legislação comunista de Esparta, a nobreza, ao contrario, era a classe dominante. O Campesinato foi lentamente expropriado, mas se rebelou. A um jurista, chamado Drácon, a nobreza encarregou a tarefa de elaborar uma legislação, que, todavia, se tornou ainda opressiva para os humildes... Até esse tempo não havia em Atenas leis escritas: julgava-se de acordo com as velhas tradições. Os *eupátridas* tinham a justiça em suas mãos e sempre sentenciavam a favor dos ricos... Assim, apesar de passarem a ter leis escritas, a situação do *demos* não melhorou. Com isso, não cessavam os distúrbios. Os *eupátridas* tiveram que ceder e fazer novas concessões. E como resultado delas veio a legislação de Sólon.<sup>8</sup>

Sólon foi outro líder de participação importante na realidade conflitante da Grécia Antiga. Sobremodo, suas medidas foram palpáveis e revolucionárias, e idealizaram uma legislação mais humana, que visava integralizar a paz entre a aristocracia e a plebe. Ele organizou uma grande reforma política e econômica, suprimiu as hipotecas que pesavam sobre a terra e proibiu a escravidão por dívidas. Muito embora, Sólon tivesse feito várias inovações na sociedade grega, a sua reforma estabelecida, ao final, não contentou nem à nobreza nem à plebe. O curso da história é marcado por conflitos, adesões ou insatisfações, e não seria diferente com Sólon, poderia agradar como desagradar à vontade de muitos.

Vem então o período de esplendor da Grécia, Atenas deixa de ser um Estado agrícola para transformar-se em potência marítima.

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Pinto, Ob. Cit. P.38.

<sup>8</sup> Michulin, apud, FERREIRA, Pinto, idem.

... Atenas lidera a luta contra o imperialismo persa... Tornou-se logo a maior cidade do mundo antigo, com cerca de 150 mil habitantes no século V, alcançando mais tarde quase 300 mil habitantes... A população dependia, para alimentar-se, do trigo que os navios transportavam do norte do Mar Negro e de outras regiões para o Pireu, porto de Atenas... Os trabalhadores livres então tiveram de lutar contra o capitalismo e contra a concorrência do trabalho escravo. A propriedade agrária se concentrou... As lutas intestinas da Grécia, sobretudo entre Esparta e Atenas, produziram o colapso de ambas... A falta de sentimento nacional, de suporte do povo ao governo, levou ao esfacelamento em pequenos Estados-cidades e à grandeza da nova potência que surgia a oeste da Grécia, Roma, cuja vitória sobre os gregos a transformou numa província do Império Romano.<sup>9</sup>

Em **ROMA**, o problema agrário obteve transformações consideráveis, relacionada às ocorridas em terras gregas. A propriedade rural no Território Romano sofreu a evolução no contexto jurídico durante todos os períodos de sua existência.

Inicialmente, Roma teve suas propriedades rurais organizadas no estilo comunitário, onde cada família detinha uma pequena porção de terra, o lote, o jardim ou a quinta. Porém, somente aos patrícios era dado o direito de posse e uso comunal, causando forte opressão aos plebeus, que eram livres, mas não gozavam dos direitos dos cidadãos, nem tampouco de usar a terra comunitária. Quanto aos escravos, não lhes era concedido nenhum direito, pelo contrário, eram tratados como coisa, um bem.

A propriedade rural foi exercida, inicialmente, na forma *condominum*. Com o passar do tempo, notou-se que havia diferenças nas quantidades e nas qualidades dos produtos produzidos pelos agricultores comunais, o que garantiu o nascedouro da propriedade particular (*ager privatus*).

... A forma primitiva de possuir a terra foi aquela que se exercia in communis e somente depois com a evolução e experiência da exploração agrária, foi que se reconheceu a necessidade de proteger a propriedade individual, devido a avaliação dos resultados.<sup>10</sup>

Com o desenvolvimento do Império Romano, a pequena cidade de Roma e o seu Estado agrícola transformam-se numa potência mundial. Roma passa a ser o centro financeiro, político e mercantil do globo, graças a enorme riqueza de pedras preciosas e a grande quantidade de escravos. Uma nova estrutura social foi sendo criada, profundamente escravocrata. O processo histórico, em geral, é relutante em relação às sociedades, que, via de

<sup>9</sup> FERREIRA, Pinto, Ob. Cit. P.40, 41 e 42.

<sup>10</sup> BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário** - 1ª edição – CL EDIJUR – Leme – SP, 2005, P.84.

regra, persistiram na insistência irrefreável ao acúmulo exagerado de riquezas, pois que, inafastavelmente, submergiram. Em Roma, este paradigma não se esquivou.

... No seu apogeu já se encontra o embrião da decadência... A riqueza se concentrou em poucas mãos, desenvolveu-se em proporções gigantescas o capitalismo, se tal categoria histórica pode ser aplicada à sociedade antiga, seguindo-se uma época de convulsões sociais, de tentativas de reforma agrária e de revoltas de escravos, nos quais se baseava a agricultura romana.<sup>11</sup>

Proporcionalmente à luta da plebe, os escravos promoveram sucessivas revoltas contra as forças legalistas romanas. Dentre os revoltosos, o chefe dos escravos, Espártaco, consagrou-se por sua coragem e audácia: “O chefe dos escravos morreu como um dos heróis mais preeminentes de uma das grandes rebeliões de escravos”<sup>12</sup>. Conquanto, o poder estatal de Roma tenha esmagado os conjurados e haver derribado seus ideais, o êxito do Estado Romano, dirigido pelo regime opressor e escravista, não prosseguiu por muito tempo sem a servidão escrava.

O regime latifundiário e escravista findou aniquilando Roma... Sem o suporte da população, a oligarquia romana foi séculos depois vencida, incapacitada mesmo de reagir contra a invasão dos bárbaros; a escravidão se transformou num impedimento para o progresso do Império, e com a queda deste a sociedade escravista foi substituída pela servidão da plebe.<sup>13</sup>

Após a derrocada romana, a sociedade européia presenciou intensas transformações em seu meio. Deste processo, avultaram-se o surgimento de países europeus como potências emergentes, e a criação de um novo sistema de divisão de classes sociais com profundas diferenças de *status et modus vivendi*, isto é, qualidades quanto ao modo de vida. Este período, nomeado como **IDADE MÉDIA**, marcou pelos sinais de crueldade e total indiferença aos direitos do homem. A Idade Média não foi alheia nem indiferente às lutas sociais que se travavam pela posse da terra.

A história tradicional raramente se refere a tais conflitos de classe, da nobreza e do feudalismo contra o campesinato. Bom grado, não teve como esconder a luta que se processou, com antagonismos sociais sempre em conflito, severamente esmagando homens oprimidos do campo.

<sup>11</sup> FERREIRA, Pinto, Ob. Cit, P.45.

<sup>12</sup> FERREIRA, Pinto, Ob. Cit, P.47

<sup>13</sup> FERREIRA, Pinto, ibidem.

Muitas insurreições campestres ocorreram com larga repercussão, porém, ao final, quase sempre, esmagadas e sufocadas, e seus líderes executados com os maiores suplícios.<sup>14</sup>

Um novo modelo de ter a propriedade foi incorporado, fala-se do modelo feudal europeu, resultante da pós-queda Imperial Romana. Esta linhagem de novos proprietários passou a administrar ditas terras com disciplina militar, mantida pela força ou pela *ex propria auctoritate*, no fundo, tais latifúndios eram na realidade milícias.

Criou-se uma espécie de fidalguia rude e insubmissa ao poder central do Rei, conduta esta, que se impunha pelo fio das espadas, ou seja, cada um impunha suas regras de convivência humana na sua jurisdição, segundo os seus próprios interesses, conveniências e a seus modos.<sup>15</sup>

A respeito do latifúndio, este particular da má distribuição de terras, obteve seu apogeu nesta fase da humanidade, consubstanciando-se tais propriedades em verdadeiras províncias, as quais tinham como pertencentes, nobres e outras pessoas ricas e severas, de certas linhagens de confiança dos Reis.

À distância, inerte a tudo isso, pairava o homem não detentor de posse alguma, utilizado no trabalho da terra, conhecido como *fâmulos da terra*, ou seja, o sujeito cujo destino era ficar vinculado a terra, sem autonomia e nem cidadania alguma, um mísero. Não bastassem, as classes eram caracterizadas pelo *modus vivendi* (dito anteriormente), ou seja, pela qualidade de vida. Dessarte, o *modus vivendi* do pai era o futuro do filho e seus descendentes, sentenciando o fâmulos da terra a uma vida sem perspectiva de melhora, para si e sua prole.

Graças ao advento da Magna Carta do Rei João Sem Terra da Inglaterra (*Bill of writs*), pôde-se ouvir o clamor em defesa dos direitos dos trabalhadores, que haviam regredido quase à condição escrava, servindo de inspiração aos demais países do mundo, conclamando como uma evolução dos direitos humanos.<sup>16</sup> O implemento da Magna Carta não foi a salvaguarda contra as discrepâncias intentadas em desfavor dos trabalhadores oprimidos, no entanto, o seu suscitar como reconhecimento a algum direito à massa marginalizada,

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Pinto, Ob. Cit. P.50.

<sup>15</sup> BORGES, Antonino Moura, Ob. Cit. P. 88.

<sup>16</sup> BORGES, Antonino Moura, Ob. Cit. P. 91.

influenciou a busca de muitos pensadores a uma nova filosofia que tratasse, com mais presteza, dos direitos humanos.

Dessarte, no plano teórico ocorreram importantes transformações, tanto na forma de entender a garantia da vida, como da propriedade rural. É o caso da mitigação dos valores absolutistas do direito de propriedade oriundos do Direito Romano, que a mercê das novas idéias do século XIX, incorporou-se a uma nova noção, a necessidade da função social da propriedade, ainda que no plano teórico.

Mesmo após a invasão dos bárbaros na península ibérica, e a queda do Império Romano, a Lei de Roma permaneceu influenciando na Legislação Européia e foi adotada por várias nações do ocidente e oriente, sendo vivenciada na Idade Media e “exportada” para o Brasil por meio do domínio português, via Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas, e Filipinas).

## **2.2. O Problema Rural no Brasil**

A questão agrária tem uma relevância que sobressai no panorama histórico brasileiro. É o centro de gravidade histórico desde a colonização (entenda-se invasão e dominação), passando pela transição da Idade Moderna, vindo até os dias atuais.

Desse momento, um fato que se singularizou foi a implementação das capitanias hereditárias, que garantia à coroa portuguesa a posse e a colonização do novo território sem a necessidade de despesas. O modelo introduzido previa o Regime de Sesmaria, que já precedia no contexto legislativo português, embora com outro sentido. Assim, o donatário e seus sucessores, através da carta de doação e do foral da capitania, poderiam transferir a posse de pequenas glebas de terras aos sesmeiros a fim de proteger e explorar as terras.<sup>17</sup>

Entretanto, houve desobediência das concessões quanto às determinações legais do Instituto da Sesmaria, que obrigavam o sesmeiro a residir nas povoações e que exigiam uma

---

<sup>17</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 29.

adequação do tamanho dos lotes de terra ao trabalho a ser exercido. De fato, essas concessões transformaram-se em fonte de criação de latifúndios distribuídos entre a elite por ela própria, tornando-se um exercício de poder e dominação sobre os trabalhadores destituídos de terra.

Originou-se assim, a apropriação privada em terras brasileiras, constituída, até então, por uma sociedade organizada a partir de uma estratificação de chefia indígena, que não limitava o acesso a terra nem os bens do trabalho, quanto menos visava o lucro, pois que tinha suas bases no princípio da distribuição. Houve um conflito de dois mundos, pois a realidade européia baseava-se no princípio da acumulação de riquezas, da exclusão e do lucro.

Conseqüentemente, após esse terrível choque, os nativos brasileiros foram cruelmente subjugados pelos europeus, podendo ser, certamente, o primeiro conflito agrário com a apropriação das terras e dos próprios indígenas.

A ambição dos portugueses por grandes propriedades de terra aliada à viabilidade econômica da produção da cana-de-açúcar em grandes volumes, conseqüentemente grandes plantações, resultou na configuração de dois elementos correlatos da estrutura agrária brasileira: a monocultura e o latifúndio.<sup>18</sup> Dessa dualidade, o tráfico negreiro protagonizou-se como imprescindível sustentáculo, pois que passara a ser o grande negócio dos europeus, que investiram incalculável quantidade de capital no “empreendimento” e conseguiram reter, segundo Darcy Ribeiro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro.<sup>19</sup>

O regime sesmarial no Brasil, conquanto não tenha trazido resultados plenamente satisfatórios, mercê das distorções verificadas, vigorou até 17 de julho de 1822<sup>20</sup>, poucos meses antes da proclamação da independência política do País, do controle português. Não obstante, seus efeitos na representação da terra como símbolo de poder político, a supremacia do título de propriedade sobre o trabalho vem se manifestando até os nossos dias, dando ao ordenamento jurídico atual um cenário de preferências do documento da terra sobre o seu produto ou sua função social.

---

<sup>18</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1981. P. 32-33.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: Formação e Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, P.160.

<sup>20</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 30.

Após a supressão das sesmarias, o Brasil passou por um período anárquico em relação aos direitos da terra, não se havendo base legal ou jurídica que respaldasse a outorga da posse e propriedade rural nacional. Somente em 1850, com a edição da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro por pressão inglesa, estabeleceu-se uma organização para a questão agrária brasileira. Entretanto, a Lei de Terras, seu outro nome, teve como real objetivo impedir que ex-escravos e imigrantes pudessem adquirir terras para seu próprio sustento e, assim, desfalcara a oferta de mão de obra nas grandes propriedades.<sup>21</sup>

Fechava-se o cerco para os enfraquecidos da pirâmide social, e oportunizava-se à elite, que tinha acesso aos cartórios de registros oficiais “tendenciosos”, a apropriação de imensas extensões de terras, até então ocupadas por escravos e camponeses, constituindo-se num processo de grilagem oficializada. Normatizava-se a propriedade privada da terra e elegia-se o documento de compra e venda como o instrumento de sua apropriação.

Percebe-se, que as estruturas de dominação e opressão ao trabalhador rural consolidaram-se num processo histórico que, aparentemente, apenas democratizaram o poder sem superar a grosseiras discrepâncias da distribuição da propriedade rural no Brasil. Aos ditames da apropriação da terra e aos moldes da exploração da mão-de-obra, engendra-se um movimento histórico de construção das relações sociais no campo, onde a atual estrutura agrária brasileira deita suas raízes, e vem se estabelecendo.

Pouca mudança ocorreu a este quadro, a disparidade revela-se no trabalhador rural destituído da terra que, concentrada, converteu-se num gesto de poder econômico, político e cultural da elite agrária brasileira. Malgrado, os mecanismos ideológicos apenas se aprimoraram, é o caso dos latifúndios, que mantém os mesmos elementos característicos: grandes propriedades de terras, monocultura, produção voltada para o mercado externo e degradação do trabalho. Todavia, agora, disfarça-se sob uma máscara denominada “agronegócio”.

### 2.2.1. O Trabalho Escravo

---

<sup>21</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 30-31.

A despeito da vastidão a que se observa o estudo sobre trabalho escravo, e da sua necessidade nesta pesquisa, pormenorizaremos a uma observação sucinta do conteúdo, seja em seu conceito, na interação deste dentro do quadro histórico-social brasileiro, e nas ações manejadas para o seu combate.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define escravidão como o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercitam os atributos do direito de propriedade ou alguns deles (art. 1º, 1 da Convenção de 1926) <sup>22</sup>. Distingui-se o trabalho escravo do descumprimento da legislação trabalhista, embora, em ambos os casos, os direitos dos trabalhadores sejam violados. Evidentemente, o trabalhador submetido ao trabalho escravo, via de regra, é submetido também a esse conjunto de abusos e violações da lei. Sobretudo, o traço distintivo do trabalho escravo é o cerceamento ou a inibição da liberdade, sem o que não há a caracterização de trabalho escravo.

Essa modalidade clássica de escravidão, já observada em nosso estudo nas longínquas civilizações da Antiguidade, permaneceu, de forma tranqüila, até, meio século atrás, quando vários tratados internacionais<sup>23</sup> foram assinados, e assim, sobrepujarem de vez (na teoria) qualquer possibilidade de liberalidade para a prática de escravidão aos trabalhadores do mundo.

No Brasil Colônia, o heroísmo civilizador europeu apropriou-se não só de terras brasileiras, como também de seus moradores originais. A população indígena brasileira de aproximadamente cinco milhões de pessoas foi quase dizimada pelo trabalho escravo. A escravidão indígena predominou sobre a negra no primeiro século de colonização. Muitos nativos não suportaram o sistema violento de apresamento, consequentemente, os que se hostilizaram por relutarem a serem escravizados foram aniquilados.

No século XVII, a mão-de-obra escrava negra superou a indígena. Contingentes de africanos eram trazidos pelo tráfico negreiro ao Brasil. Fato notório, a clandestinidade do tráfico negreiro aumentou e constitui-se como a principal fonte de mão-de-obra para os

---

<sup>22</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? **CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**/ Deputado João Alfredo Telles Melo, (Org.). Brasília, 2006, P.76.

<sup>23</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 77.



colonizadores, graças ao desenvolvimento da economia açucareira implementada por Portugal.<sup>24</sup>

A Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil, e garantiu o reconhecimento jurídico do negro como pessoa, todavia, negou-lhe o reconhecimento jurídico como cidadão. Naturalmente, a ausência de política de inserção social aos milhões de negros “livres”, resultou na primeira gigantesca multidão de sem terra e flagelados.

Infelizmente, a prática do trabalho escravo tem permanecido até os dias atuais, como um resíduo renitente, manifesto. No meio rural brasileiro ocorre a maioria esmagadora dos casos, mesmo quando ausente as ameaças explícitas, a liberdade pode ser inibida pelo isolamento, pela distância, pela falta de opção de transporte, pelo medo de denunciar ou testemunhar contra casos frequentes de trabalhadores mortos ou desaparecidos.<sup>25</sup>

As novas práticas de escravidão sujeitam os trabalhadores a cerceamentos, não apenas físicos como também psicológicos. O trabalhador rural ao ser contratado pelo “gato” (espécie de capataz), adquire uma dívida pela pensão e por um adiantamento, geralmente para a família. Mas depois, são cobradas do trabalhador a condução e a alimentação no percurso da viagem, e ainda, tem de pagar os seus instrumentos de trabalho, além da obrigatoriedade de comprar os seus alimentos e objetos no armazém da fazenda, ou empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Como os contratos vigoram, em sua maioria, verbalmente (proposital), com certeza, há de se esperar a quebra da palavra referente ao valor da remuneração e das condições de trabalho dantes acertadas. A dívida, então, torna-se a famosa “bola de neve”, sem fim.<sup>26</sup>

Entretanto, existem as situações agudas, onde vigoram os cerceamentos físicos, realizados pela ação de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. É o quadro fatídico a que se espreita a realidade do trabalho escravo em terras brasileiras.

---

<sup>24</sup> RIBEIRO, Darcy. Ob. Cit. P.161.

<sup>25</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 78.

<sup>26</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Idem.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) informam que em 2006, no quarto ano de existência do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, foram registradas 262 ocorrências, envolvendo 6.930 trabalhadores, dentre os quais 100 menores; 133 fiscalizações (apenas 50,76% das ocorrências), que resultaram em 3.633 trabalhadores libertados (52,42% do total de trabalhadores escravizados) durante a fiscalização. Do total de 133 ações de fiscalização, em 111 aconteceram acertos de direitos dos trabalhadores, que resultaram em um total de R\$ 6.043.163,54 (seis milhões, quarenta e três mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).<sup>27</sup>

O gravame da questão, talvez não sejam os números, mas o fato de continuar havendo a prática de condição análoga à de escravo, numa nação evoluída no trato legal como o Brasil. É preciso que o Estado Brasileiro assuma o compromisso ratificado nos tratados internacionais de combate ao trabalho escravo. Certamente, isso se dará, senão, com o fortalecimento das ações administrativas de fiscalização dos órgãos envolvidos, garantindo-lhes estrutura e recursos financeiros e humanos.

Mas é preciso, sobretudo, que haja esforço concentrado e articulado do Estado em todos os poderes e esferas; em especial do Poder Judiciário na sua responsabilidade ao tocante à impunidade, prestando maior celeridade nos processos, afim de que sejam julgados e punidos os autores do crime de trabalho escravo.

### 2.2.2. Movimentos Sociais Agrários

A apreciação dos grupos humanos participantes da questão agrária é de extrema importância para a compreensão do tema. Muito embora, alguns teóricos considerem os movimentos agrários como fatos históricos isolados, distante da realidade agrária nacional, há os que acreditam e os consideram em verdadeira ligação com a questão campesina brasileira. Neste ponto, situam-se os primeiros conflitos agrários ocorridos há mais de um século, que, certamente, soam como o liame aos movimentos contemporâneos de luta por acesso a terra.

---

<sup>27</sup> Maria José Souza Moraes. Quando o trabalho é incompatível com a dignidade humana. In **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006, P.125.

Numa rápida retrospectiva histórica, observa-se que muitos destes conflitos, fontes basilares dos movimentos presentes, tiveram como características singulares, o visível caráter de independência, a total contrariedade da estrutura vigente, além de serem nitidamente agrários. Destes, destacaram-se o movimento de Farroupilha, a Balaiada, a Cabanagem e Canudos, além de outros que também se singularizaram, como a Revolução Liberal e a Confederação do Equador.<sup>28</sup>

Neste diapasão, sobre tais movimentos, Manuel Andrade ensina:

O sistema de posse e uso da terra foi sempre, desde o período colonial, um motivo de tensões e lutas no meio rural brasileiro. A formação de classes, profundamente antagonizadas face à concentração da renda e à diferença entre os níveis de poder, provocou, durante quase cinco séculos de colonização, atritos e lutas, ora sob a forma individual, entre senhor e escravo, entre proprietário e trabalhador, ora entre grupos sociais antagônicos, formados pelos proprietários de um lado e trabalhadores do outro.<sup>29</sup>

Nota-se que, por este contexto histórico estabeleceu-se uma dicotomia de interesses no campo agrário, onde os valores repousavam na posse e no uso da terra.

Entretanto, aos movimentos sociais dos primeiros séculos, o foco da terra era apenas parte de um quadro de reivindicações e insatisfações sociais e econômicas daquele momento (mas que não se distanciaram, tanto, até às atuais). Por assim, tais fatos engendraram para a realização de inúmeros conflitos sociais, entre a massa espoliada e a classe dominante, o escravo e o seu patrão, sendo, quase sempre, severamente reprimidos pelas forças estatais, o que, sem dúvida, marcou a história do Brasil, seja pela covardia militarizada do Estado, seja pela coragem dos oprimidos das camadas menos abastadas. Sofrivelmente, tais acontecimentos ocorreram aos indígenas, em Quilombo dos Palmares, em Canudos, Antonio Conselheiro, Contestado, e tantos outros.

Na desembocadura das antigas bases para as novas filosofias de trabalho, novos contextos foram alinhados aos movimentos sociais no século XX, os grupos sociais se regeneraram e se aperfeiçoaram. Assim confirma Antonio Carlos Wolkmer:

---

<sup>28</sup> VARELLA, Marcelo Dias. MST, um novo movimento social? In **O Direito Agrário em Debate/ Alexandre Gonçalves Lippel... [et al.]**; Domingos Sávio Dresch da Silveira, Flávio Sant'Anna Xavier, (Org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, P.217.

<sup>29</sup> ANDRADE, Manuel Correa. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980, P.74.

... novos movimentos sociais, por sua vez, nascidos principalmente a partir das décadas de 70 e 80, possuem características distintas, não mais se baseiam nas estruturas institucionalizadas, pois não acreditam nelas como forma de resolução de seus problemas, tem outros valores culturais, sociais e políticos, próprios, onde instituem novos paradigmas, buscando outros modos de luta, mais eficazes na conquista de seus objetivos.<sup>30</sup>

Respeitante, a esta nova totalidade, se formou um dos maiores movimentos sociais da história brasileira moderna, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O surgimento deste movimento abriu novas perspectivas de luta frente à questão fundiária, a partir da segunda metade dos anos 1980. A organização das ocupações não apenas deslocou a resistência histórica dos posseiros, mas apresentou novos desafios ao protagonismo social e político do povo do campo.

Nesta conformidade, Bernardo Mançano<sup>31</sup> elucida:

O MST é herdeiro das grandes lutas populares que ocorreram nos últimos 500 anos, sendo parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. É produto da resistência indígena, negra e popular, em sua luta pelo direito a terra. As próprias formas de ação do MST, atualmente consagradas, como acampamentos e ocupações de fazendas, já eram utilizados de forma intensa por trabalhadores rurais antes do golpe militar de 1964.

O MST foi construído como fruto de uma conjuntura da modernização da agricultura durante o período militar, e se afirmou com a redemocratização política. Esse processo liberou mão-de-obra, produzindo um excedente populacional que aumentou a demanda social por terra nos estados do Sul do Brasil, provocando reação das famílias agricultoras, que se mobilizaram em torno das ocupações. Além do mais, a organização do MST recebeu forte apoio de mobilização e animação pastoral das igrejas Católica e Luterana, principalmente, das ações da Comissão Pastoral da Terra.

Como principal bandeira de luta do MST, a reforma agrária não se limita unicamente a resolver o problema da concentração da propriedade da terra como um resquício feudal, ou em entrave ao capital, mas engendra mudanças estruturais profundas, abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento nacional, calcado na democratização dos meios de produção.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa-ômega, 1994, P.109-111.

<sup>31</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996, P.75-84.

<sup>32</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 119.

O MST tem demonstrado ser uma entidade civil organizada, fato que tem se refletido pela organicidade, pela homogeneidade de objetivos, e, prioritariamente, pela promoção da vida de seus integrantes, é o que se corrobora:

O MST tem logrado reconhecimento por parte da sociedade brasileira e de organizações internacionais, haja vista o prêmio Nobel alternativo que lhe foi conferido pelo Parlamento Sueco, em 1991,... assim como em 1995, quando o UNICEF condecorou o Movimento dos Sem-Terra com o prêmio pela eficiência do modelo educacional implementado nos assentamentos de Reforma Agrária.<sup>33</sup>

Notadamente, os novos movimentos sociais, tais como o MST, têm estimulado a construção de uma identidade coletiva, reforçando os laços de cooperação e solidariedade, promovendo a construção da cidadania.

A outro modo, nota-se também, que essas atitudes de transformação propugnadas pelo MST, têm demonstrado ser um tanto ousadas na atual conjuntura político-agrária nacional, pois que seus ideais vêm causando muita irritação aos interesses de uma minoria dominante.

No início de 1985, foi realizado o primeiro congresso do MST... decidiu-se no congresso iniciar ocupações no campo... muitas foram feitas.... Em contrapartida, houve reação por parte dos fazendeiros, organizados na União Democrática Ruralista (UDR), cuja filosofia era combater com violência a organização dos trabalhadores, exemplo disso foram os homicídios dos Padres Ezequiel Ramin, em Rondônia, de Josimo Tavares, no Maranhão, e de Chico Mendes no Acre, sem falar de outros religiosos, advogados e sindicalistas que também pagaram com a própria vida por estarem na luta pela reforma agrária.<sup>34</sup>

Esses sinais de violência perpetrados com antagonismo contra os simpatizantes da causa social campesina do MST, a primeiro olhar, manifesta ser muito arriscado e violento se envolver com a causa do trabalhador campesino. Pode até realmente ser, porém, as ocupações de terras pelos movimentos sociais de trabalhadores não são a causa da violência no campo. “Ao contrário, a atuação dos movimentos sociais na denúncia de violências praticadas contra os direitos humanos, o meio ambiente e o patrimônio público têm criado as condições para a gestação de um processo civilizatório no meio rural”.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> VARELLA, Marcelo Dias, Ob. Cit. P. 233-234.

<sup>34</sup> VARELLA, Marcelo Dias, Ob. Cit. P. 231.

<sup>35</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 137.

É inegável dizer, com certeza, que o MST ou outro movimento similar, esteja propagando um clima de violência na sociedade. Oponentemente, as ações dos movimentos sociais impactam o público pela demonstração de coragem e ousadia na prática de sua cidadania, pois que, não são antijurídicas as manifestações de pressão ao governo para que se efetuem os programas expressamente previstos na Carta Magna.

*A contrario sensu*, a mancha da violência e da impunidade tem se asseverado, a rigor, no desfavor dos militantes e parceiros da causa agrária, haja vista os inúmeros indivíduos desaparecidos durante o regime militar, ou, os duros massacres do passado, a exemplo, Canudos, ou mesmo, recentemente, a barbárie em Eldorado dos Carajás e Corumbiara, além da brutal morte da irmã Dorothy.

Assim, pode-se concluir que o “proletariado” de Karl Marx, ou “povo oprimido” de Leonardo Boff, sofreram mudanças determinantes, que por sua dinamicidade, tem aberto espaço para se pensar novamente nos padrões alternativos de referencia e legitimação.

### **2.3. Trajetória do Ordenamento Jurídico Agrário Brasileiro**

O Brasil tem mais de 500 anos de existência e uma vasta superfície cultivável, contudo, o estudo das questões jurídicas agrárias, postas atualmente sob a observância teórica do Direito Agrário, é bastante jovem. Somente em 1964 o país veio a ter o primeiro instrumento legal, apropriado ao trato das questões do Direito Agrário. Como na maioria dos seguimentos históricos, decorreu de um longo processo de mobilização social e acordos de vontades, políticos e econômicos.

Até a ocupação portuguesa, no Século XVI, inexistia a apropriação de terras no Brasil, tampouco a noção de propriedade do modelo europeu. Os povos originais tinham a posse da terra como indivisível, sendo assim, não precisavam de regramentos para suas vidas.

Os aspectos jurídicos da propriedade rural brasileira tiveram o seu disciplinamento inicial através do Regime das Sesmarias (já citado anteriormente). Eram, pois, concessões de terras dadas a pessoas privilegiadas, “amigos do rei”, com a incumbência de cumprir algumas

obrigações, tais como moradia habitual, cultura permanente, etc., caso não cumprisse, configurava como devoluta a porção concedida, isto é, retornava à Coroa.

As Sesmarias consolidaram as dimensões continentais brasileiras, por meio da colonização e do povoamento. Porém, deram origem ao latifúndio no País. Com a edição da Resolução Imperial de 17 de julho de 1822, a concessão de títulos de Sesmaria foi suspensa.

O País permaneceu num interstício de 28 anos, sem a tutela de alguma norma que viesse regular a propriedade rural. Então, em 18 de setembro de 1850 foi editada a Lei nº. 601, que regulamentava os dispositivos de trato agrário, da Constituição Federal de 1824, que ficou conhecida como a Lei de Terras.

A Lei de Terras ratificou o poder do governo imperial sobre as terras devolutas, e priorizou a compra e venda com único título de domínio destas terras.

Talvez, não fosse denominada Lei de Terras, mas Lei dos Excluídos, dado sua forte caracterização em impedir o acesso à propriedade fundiária por parte da população mais pobre (ex-escravos e pequenos agricultores). Conseqüentemente, somada à exclusão, a lei garantiu a manutenção da mão de obra nas grandes propriedades, já que tais excluídos não tinham outra saída senão continuar trabalhando.

A Lei de Terras permaneceu em nosso ordenamento jurídico por mais de um século, até 1964. Neste período, a lei foi recepcionada pelas constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946, coexistindo harmonicamente com o Código Civil de 1916.

No início da década de 1960, as mobilizações sociais ressoavam os seus “gritos” de insatisfação pelo modelo excludente de acesso a terra.<sup>36</sup> Pressionado, o governo tinha que tomar uma decisão:

Em resposta às mobilizações sociais por reforma agrária, o governo militar garantiu a promulgação da Emenda Constitucional nº. 10, em 9/11/1964, que dispôs sobre a competência da União para legislar sobre direito agrário. Na sequência, foi aprovada a Lei nº. 4.504, de 30/11/1964, que dispôs sobre o Estatuto da Terra, considerado um marco jurídico na luta pela reforma agrária no Brasil.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 102-103.

<sup>37</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 241.

A Lei nº. 4.504/64 adveio da busca por aprimoramento das relações jurídicas e econômicas agrárias. Consubstanciou-se numa inovação que, condizente aos anseios da nação, deu amostras de que realmente buscava a solução para o entrave da distribuição de terras no País.

Conquanto, percebe-se que a principal conquista do Estatuto da Terra foi literalizar a luta por reforma agrária como atendimento aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. De fato, o maior trunfo do Estatuto da Terra foi contornar as exigências inflamadas daquela época, e apresentar saídas na literalidade e no formalismo da lei. Apenas isso, nada mais.

O mérito do Estatuto da Terra foi ser a segunda tentativa legal (após a Lei 601/1850) para entregar ao Estado o poder para proceder ao processo de alienação, reconhecimento de domínios, titulação e arrecadação de terras devolutas do Brasil... O Estatuto da Terra não contemplou propostas para se realizar a Reforma Agrária, especialmente entendida como alternativa ou forma para superar a pobreza rural.<sup>38</sup>

Outrossim:

O Estatuto da Terra apresentou aspectos positivos, relevantes, em capítulos como os das políticas agrícolas e de crédito rural,... Mas na regularização fundiária, dos processos discriminatórios e de arrecadação, alienação e titulação de terras públicas, os resultados foram desastrosos, em grande medida ilegais e absolutamente contraditórios com os objetivos que o encaminhou, com os preceitos constitucionais e com a legislação em vigor.<sup>39</sup>

Fato é que a Lei 4.504/64 deu ao Poder Público a completa interveniência na estrutura agrofundiária brasileira. De sorte que, através dos mecanismos da justa e equitativa distribuição de terra, com igual oportunidade para todos, poderá se alcançar o objetivo da superação da pobreza no campo e o acesso democrático à terra. Pretensão Nobel, não fossem as vontades ideológicas dominantes, que priorizaram um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> JONES, Alberto da Silva. Reforma Agrária e Direito de Propriedade In **Introdução crítica ao direito agrário**/ Mônica Castagna Molina, José Geraldo de Sousa Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto (Organizadores) – Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, P. 130.

<sup>39</sup> JONES, Alberto da Silva. Ob. Cit. P. 131.



No mais, em um ponto há de se considerar, tanto a Lei de Terras, de 1850, como a Emenda Constitucional nº. 10, de 1964, anuída ao Estatuto da Terra, foram imprescindíveis ao nascimento do Direito Agrário no Brasil.<sup>41</sup>

Ademais, outros elementos normativos também convergiram relevantemente para a formação do arcabouço jurídico agrário nacional, dentre eles, está a Constituição Federal da Republica, de 5 de outubro de 1988, que trouxe profundas alterações no regime jurídico da propriedade privada, pois a função social passou a integrar o conteúdo desse direito. Dessarte, para cumprir a função social, a propriedade rural deve atender, simultaneamente, os requisitos econômico, ambiental e trabalhista. Assim, respectivamente, deverá cumprir o aproveitamento racional e adequado; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, e; cumprir a observância das condições que regulam as relações de trabalho.

A Carta Magna de 1988 é um marco da luta pela democracia da terra no país, todavia, sem dúvida, foi a Emenda Constitucional nº. 10, de 09.11.64, que deu respaldo a instituição da matéria jurídica agrária no Brasil. É o diploma legal da primazia do Direito Agrário no rol das matérias jurídicas.

O fato histórico de maior significado, todavia, foi a Emenda Constitucional nº., de 09.11.64, publicada no dia 10.11.64, que conferiu autonomia legislativa ao Direito Agrário. Inseriu-se o Direito Agrário no rol das matérias cuja competência para legislar é exclusiva da União. Essa competência atualmente está prevista o art. 22, inc. I, da Constituição Federal. Pode-se afirmar, sem receios, que a EC nº. 10/64 institucionalizou o Direito Agrário no Brasil.<sup>42</sup>

Vislumbrou-se, até aqui, as principais normas que vivificaram o Direito Agrário, e incluíram as questões agrárias no quadro normativo vigente. Conquanto, estas normas tenham demonstrado a gênese do estudo jurídico agrário, fica extremamente desarrazoado o desabono das outras normas agrárias, tidas por aferir a regulamentação, a alteração, ou mesmo, a revogação de outras normas agrárias.

A este panorama, inserem-se as principais normas, a saber:

---

<sup>40</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 242.

<sup>41</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 36.

<sup>42</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 35.

- A Lei nº. 6.383/76, de 7 de dezembro de 1976, que disciplina sobre o Processo administrativo e judicial, discriminatório de terras devolutas da União;

- O Decreto nº. 578/92, de 24 de junho de 1992, que regulamentou os artigos 184 da CF/88, 105 da Lei nº. 4.504/64 e 5º da Lei nº. 8.177/91, que tratam da cláusula de preservação do valor real da terra, aos quais fez incidir juros compensatórios e correção monetária plena sobre os TDA's (Títulos da Dívida Agrária), e;

- A Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola. É a definição e os objetivos da Lei de Política Agrícola, nos moldes de seu art. 1º: Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal;

- A Lei nº. 8.629, de fevereiro de 1993, denominada Lei da Reforma Agrária, que tem por escopo, regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, em especial no que tange ao conceito e avaliação do que seja propriedade produtiva. A mesma foi recentemente alterada pela Medida Provisória nº. 2.183-56 de 24/08/01;

- A Lei Complementar nº. 76, de 6 de julho de 1993, dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária, e determinou a aplicação subsidiária no que coubesse, do Código de Processo Civil;

- A Lei nº. 9.415/ 96, que determina a presença obrigatória do Ministério Público nos litígios coletivos pela posse da terra;

- A Medida Provisória nº. 2.183 – 56/2001, advinda de sua primeira edição sob nº. 2.027-38/2000. Encontra-se em vigência, e as suas normas vem se incorporando ao texto da Lei nº. 8.629/93, até o momento, sem obstáculos por parte do Congresso Nacional;

- O Código de Processo Civil, A Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que mantém harmonia com o processo de reforma agrária porque se aplica subsidiariamente ao

processo judicial de desapropriação por interesse social, discriminação e arrecadação de terras devolutas, e também porque regula o procedimento possessório.

## 2.4. Objeto do Direito Agrário

Por analogia, a ação funcional do homem sobre a natureza, de modo necessário, condicionante ao processo produtivo e evolutivo da sociedade, interage com grande presteza a definição do que seja considerado objeto do Direito Agrário. Assim, é razoável dizer, que o objeto do Direito Agrário advenha das relações sociais e econômicas, surgidas entre os sujeitos medianeiros na atividade agrária. Nessa linha de pensamento, Octavio Mello Alvarenga<sup>43</sup> assevera:

O objeto do direito agrário resulta de toda ação humana orientada no sentido da produção, contando com a participação ativa da natureza, sem descurar da conservação das fontes produtivas naturais.

Concordante a esta mesma ponte de raciocínio, Alcir Gursen de Miranda<sup>44</sup> compartilha:

O objeto do direito seriam, assim, os fatos jurídicos que emergem do campo, consequência da atividade agrária, da estrutura agrária, da empresa agrária e da política agrária; o que caracteriza a relação jurídica agrária...

Logo, considerando tais entendimentos, não há de outra conclusão, senão, que as atividades agrárias sejam, de fato, a composição nuclear do objeto do Direito Agrário.

---

<sup>43</sup> ALVARENGA, Octávio Mello. **Manual de direito agrário**. Rio de Janeiro: Forense, 1985, P. 2.

<sup>44</sup> MIRANDA, Alcir Gursen de. **Teoria de direito agrário**. Belém: CEJUP, 1989, P. 66.

### **3. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ADMITIDOS NO DIREITO AGRÁRIO**

O intuito deste estudo baseia-se na razoabilidade de argumentos, que por sua inspiração visionária, admite a possibilidade e a viabilidade de uma Justiça Agrária Especializada no Brasil. Sobremodo, a congruência de tal possibilidade é visível, haja visto o clamor de suas razões, principalmente, na doutrina e na ordenança legal agrarista vigente, além de estar aportado a um cabedal de princípios constitucionais, plausíveis ao Direito Agrário.

Outrossim, a viabilidade da Justiça Agrária, somente será possível se ocorrer a recepção exigente destes princípios constitucionais inerentes, imprescindíveis para a proclamação de um Estado democrático de direito, em que se preze a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político (art. 1º, incisos I, II, III, IV e V, da CF/1988). Assim, quer este estudo informar os principais aspectos constitucionais, âncora para a firmeza e a eficácia do Direito Agrário.

O Direito Agrário é formado por princípios fundamentais, que o transforma em Ciência Jurídica, que por sua vez, revelam a idéia de sustentação genérica do homem do campo em seu processo produtivo. Todavia, acerca da extensão em que se portam os princípios que envolvem o Direito, serão abordados apenas alguns princípios que atuam no âmbito agrário, vez que, não poderia ser diferente, levando-se em conta a utilidade e a conveniência para o estudo.

### 3.1. A Função Social da Propriedade Rural

A Constituição Federal de 1988 consagrou a função social da propriedade em diversos dispositivos. Dentre outros regramentos, o princípio foi outorgado nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, III, 182, § 3º, 184, e 186, da Carta Republicana.

De certo, a este turno, face à exigência e a necessidade da pesquisa, será examinado sucintamente, o princípio da função social da propriedade *imobiliária rural*, e seus principais requisitos. Por assim, a importância do mesmo no campo das questões agrárias e constitucionais, tornou-se mais apropriado o exame do mesmo de modo privilegiado.

#### 3.1.1. Conceito

Como elemento necessário à constituição do conceito jurídico de propriedade, a função social respalda-se a um estado de indispensabilidade à existência daquela. Eros Roberto Graus, de forma contundente, já afirmava que “a propriedade que não cumpre sua função social não existe e, como consequência, não merece proteção e deveria ser objeto de perdimento, e não desapropriação”.<sup>45</sup>

Na mesma mentalidade, Benedito Marques<sup>46</sup>, condiz:

O processo expropriatório previsto no ordenamento jurídico pátrio seria questionável, na medida em que ele pressupõe indenização, e esta não deveria existir em favor do proprietário que não faz a terra cumprir o seu papel como bem de produção.

Ora, a propriedade tratada como absoluta pelos renomados doutrinadores civilistas, tem recepcionado inovadores traços de mudança, capazes de alterar o seu caráter, de aprimorá-lo.

---

<sup>45</sup> GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988 – interpretação e crítica**. São Paulo: RT, 1990, P. 316.

<sup>46</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Ob. Cit. P. 43.

A pos-modernidade, com seu duplo processo de globalização e relativização dos valores, estão a produzir uma sociedade que exige um direito mais flexível, capaz de regular relações de propriedade que tendem a perder, por inteiro, o caráter absoluto da antiga propriedade imobiliária.<sup>47</sup>

A ascensão do princípio da função social da propriedade consubstanciou-se, desde então, como a síntese da indignação popular pelo uso anti-social da propriedade, em suas diversas acepções. Notadamente, a Constituição Federal de 1988 incluiu o instituto da função social da propriedade, dentre os direitos fundamentais e, não apenas, no capítulo da ordem econômica, o que parece indicar a funcionalização de todas as espécies de propriedades.<sup>48</sup>

Paulatinamente, com a concepção do instituto da função social do imóvel rural, expressamente encartado nos arts. 184, caput, e 186, incisos I, II, III e IV, da CF/1988, alguns aspectos, até então, observáveis apenas no plano ideal, têm-se corporificado na potencialidade da norma, dando ao Direito a capacidade de legitimar condutas, dantes desamparadas, tais como, a feitura da reforma agrária em propriedades rurais desatendidas de sua função social, indenizações condizentes em processos de desapropriação, o fiel cumprimento dos requisitos da propriedade imobiliária rural, além de outras.

### 3.1.2. Requisitos Legais

Com efeito, a função social da propriedade imobiliária rural, expressamente descrita na CF/1988, como na Lei nº. 4.504/64 (Estatuto da Terra) e, também, na Lei nº. 8.629/93 (Lei de Reforma Agrária), completa-se na estrita observância dos requisitos legais necessários à sua configuração, conforme se respalda no art. 186, da CF/1988:

Artigo 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

<sup>47</sup> SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da. A propriedade agrária e suas funções sociais. In **O Direito Agrário em Debate/ Alexandre Gonçalves Lippel... [et al.]**; Domingos Sávio Dresch da Silveira, Flávio Sant'Anna Xavier, (Org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, P. 12.

<sup>48</sup> SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da. Ob. Cit. P. 18.

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.<sup>49</sup>

Assinale-se, por oportuno, que os requisitos componentes da função social da terra devem estar presentes *simultaneamente*, o que significa dizer que para o seu efetivo cumprimento é necessária a presença dos requisitos nas ópticas econômica (produtividade), ecológica e social. Tais ópticas referem-se, respectivamente, aos requisitos do aproveitamento racional e adequado; requisitos relativos à utilização dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente, e; por último, a óptica social, que abraça os requisitos: a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores rurais.

Os requisitos legais configuradores da função social da propriedade agrária, indicados no art. 186 da CF/88, tem fácil compreensão na Lei nº. 8.629/93 (Lei de Reforma Agrária), através do art. 9º, e seus parágrafos, notadamente por sua suficiência explicativa:

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.<sup>50</sup>

### 3.1.3. Efetividade

Por ora, sem entrave ao que tange o conceito e os requisitos do Princípio da Função social da propriedade rural, observa-se uma aparente celeuma, no que diz respeito à interpretação e a efetividade da matéria no meio jurídico-administrativo. Evidentemente, a

<sup>49</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. P. 754-755.

<sup>50</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. P. 755.

efetividade da função social da propriedade rural depende, necessariamente, de uma posição interpretativa inescusável do tronco constitucionalista.

O Professor Domingos Sávio ensina que o dispositivo da função social da propriedade, mesmo por sua indeterminação conceitual, tem aplicação imediata, por tratar-se de norma definidora de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, § 1º).<sup>51</sup>

O mencionado Professor assevera que melhor seria a aplicação do dispositivo em caráter programático, talvez assim, as consequências fossem outras frente às apresentadas no cenário atual.

Se tais consequências próprias das normas ditas programáticas fossem aplicadas às propriedades teríamos, indubitavelmente, um extraordinário avanço, pois até o momento, aos olhos, sobretudo, do Judiciário, respectivamente: a norma constitucional não revogou nada do Código Civil Brasileiro nem do Código de Processo Civil em matéria possessória...; a Administração Pública tem sido extremamente lenta e ineficiente na declaração do interesse social dos latifúndios improdutivos; e o Judiciário interpreta os dispositivos do CCB de forma assistemática, desconsiderando os princípios constitucionais sobre a propriedade.<sup>52</sup>

Posto que:

“A falta de ajustamento dos Códigos à Constituição – quanto à função social da propriedade – torna impossível à justiça a administração pacífica ou a composição dos litígios entre trabalhadores sem-terra e proprietários rurais, que ora alarma o país”.<sup>53</sup>

Conquanto, haja um desajustamento das normas com a Constituição, o prejuízo ao interesse social da propriedade rural poderia ser remediado, não fosse a dubitável concepção privatista da propriedade, que por sua propugnança insistente, admite o regime jurídico da propriedade privada como subordinado ao Direito Civil, considerado direito real fundamental.

Antonio Jurandyr, socorrendo-se das lúcidas considerações do renomado Constitucionalista, José Afonso da Silva, informa a respeito de tais concepções privatistas, e adverte:

<sup>51</sup> SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da. Ob. Cit. P. 15-16.

<sup>52</sup> SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da. Ob. Cit. P. 16.

<sup>53</sup> ROSA, Antônio Jurandyr Porto. Os sem-terra e a função social da propriedade, In **Introdução crítica ao direito agrário**/ Mônica Castagna Molina, Jose Geraldo de Sousa Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto (Organizadores) – Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, P. 285.



A questão da regulamentação da propriedade privada passa primeiramente pelas regras de Direito público estabelecidas na Constituição Federal, para depois descer ao Código Civil. Que não se pode confundir o princípio da função social com restrições de poder de polícia ao exercício do direito de propriedade.<sup>54</sup>

A concretização do art. 186 da Constituição, que garante a função social da propriedade da terra, e do art. 184, que prevê a desapropriação para fins de Reforma Agrária das propriedades que não a cumprem, é fundamental para a garantia dos direitos humanos dos não proprietários e para a consolidação da democracia. Assim, a terra deve ser utilizada adequadamente e respeitar os direitos do camponês num contexto de pobreza e desigualdades, em que lhes seja garantido o acesso à terra, à alimentação, ao trabalho, à moradia e ao meio ambiente saudável.

Doravante, a funcionalização da propriedade rural ao interesse social alcançará maior densidade, quando se alterar a concepção tradicional do domínio, de modo a legitimá-lo e justificá-lo no seio das relações sociais de aproveitamento da riqueza e de efetivação dos direitos fundamentais, sempre na perspectiva, inserida no rol das garantias constitucionais, de que a propriedade deva fornecer algo mais que a simples posse individual.

### 3.2. Princípios Fundamentais Norteadores do Direito Agrário

A fim de se garantir a instrumentalidade do processo e a rapidez da prestação jurisdicional, a Justiça e Direito se pautam por certos princípios.

A noção de “princípio” é uma noção cara a toda a Teoria Geral do Direito. Sob seu pálio, guardam-se as verdades fundantes de qualquer sistema jurídico; enunciações normativas que norteiam a atuação de juristas e operadores jurídicos, colmatando lacunas e orientando a atividade hermenêutica.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> ROSA, Antônio Jurandyr Porto. Ob. Cit. P. 286.

<sup>55</sup> FRANCA FILHO, Márcio Toscano. Os caminhos da Justiça Agrária no Brasil: Um caso de engenharia político-constitucional. In, **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004, P. 321.

Na definição de Miguel Reale <sup>56</sup>, princípios são “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo de saber”.

Sob a óptica de Josef Esser, citado por Miguel Reale <sup>57</sup>, “os princípios se revestem de uma tamanha importância que são válidos independentemente de serem ou não positivados em um texto legal”.

Por serem elementos de base, sobre os princípios se assenta todo o edifício da experiência jurídica de um Estado. Isso explica por que ferir um princípio é mais grave do que ferir uma norma.

### 3.2.1. Princípio da Legalidade

O rol do art. 5º, II, da Constituição Federal, preceitua que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei.

A compreensão do Princípio da Legalidade não pode se resumir apenas num simples cumprimento formal das disposições legais. Ele não se coaduna com a mera aparência de legalidade, mas, ao contrário, todos os atos processuais se desenvolverão na forma da lei e atingirão os fins por ela assinalados.

### 3.2.2. Princípio da Justiça Social

A propriedade não se presta a servir só ao dono, porque se destina também servir o fim social.

---

<sup>56</sup> REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 1993, P. 299.

<sup>57</sup> REALE, Miguel. Ob. Cit. P. 301.

O princípio da Justiça Social consiste na obrigação do Estado em promover as reformas básicas na política agrária, buscando a justiça social no campo, no sentido de melhorar a condição de vida do rurícola, no uso e gozo de seus direitos fundamentais, por meio de normas inovadoras que possibilitem mudanças na estrutura injusta do sistema judiciário.

### 3.2.3. Princípio do Devido Processo Legal

O artigo 5º, inciso LIV, da Carta Republicana, preceitua que ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, ou seja, sem previamente ser julgado com base no pertinente instrumento estatal designado em lei para a solução de conflito específico.

Fundamenta-se na razão de que ninguém pode ser privado de seus bens e direitos sem o devido processo legal. Conseqüente, é princípio fundamental na preservação do proprietário rural no caso de desapropriação por interesse social, devendo ser obedecido desde o processo administrativo até a fase do processo judicial.

Dessa maneira, se aplica também ao Direito Agrário, motivo de sua confluência ao conjunto dos direitos e garantias individuais.

### 3.2.4. Princípio da Garantia do Direito de Propriedade

O direito de propriedade sempre foi garantido na ordem jurídica nacional como fundamental à pessoa.<sup>58</sup>

O direito de propriedade, além de figurar como garantia individual constitucional (art. 5º, inc. XXII, CF/88), é, também, capitulado como direito fundamental, ora porque é

---

<sup>58</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. 47.

condição de vida e desenvolvimento não só do proprietário e sua família mas também da sociedade.

O acesso à terra é condição de cidadania, é inerente à própria vida do ser humano, por que é da terra que se tira o sustento, o “pão de cada dia”.

Todavia, a garantia do Direito de Propriedade é relativa, pois que se condiciona ao fiel cumprimento de sua função social. Dessa forma, a propriedade só se legitima quando cumpre a função social, manifestável no uso da terra de modo racional e adequado, inclusive, atendendo a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente (art. 186, inc. II e IV da CF/88).

#### 3.2.5. Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório

Semelhante ao devido processo legal, o princípio da ampla defesa e do contraditório prestam garantia para a segurança jurisdicional do direito.

Sua inclusão no texto constitucional aporta-se no artigo 5º, inc. LV, da Carta Magna, onde assegura a todos os acusados ou requeridos em processo judicial ou administrativo a devida ampla defesa e o contraditório com os recursos à disposição pelo ordenamento jurídico para a efetiva defesa de seus direitos.

Como em todo processo, no Direito Agrário, a acolhida deste princípio é pacífica. Posto que, qualquer processo ou procedimento que for conduzido sem dar a oportunidade ampla de defesa da parte contrária, incorre na infringência da garantia constitucional e individual da ampla defesa tornando-se por consequência.

#### 3.2.6. Princípio da Economia Processual

É o intento deste princípio, a obtenção máxima de resultado na atuação legal com o mínimo de atividades e atos processuais.

A sua atividade norteia todos os procedimentos a serem conduzidos até o trânsito em julgado com a menor atividade processual possível.

Os atos processuais devem sempre ser praticados da maneira menos onerosa para as partes litigantes no processo. Assim, a economia processual objetiva pelo aproveitamento dos atos processuais, pelo qual devem permanecer íntegros, exceto se maculados por uma nulidade anterior.

A sua aplicação se faz exigente no Direito agrário.

### 3.2.7. Princípio da Prevalência do Interesse Público sobre o Particular

Tal Princípio consiste no fato de que, existindo conflitos de interesses entre o interesse público e o interesse particular, o julgador ou o aplicador da lei, embora atendendo a isonomia e a imparcialidade, deve na dúvida quedar-se em decidir conforme os fins do interesse público, até por uma simples questão de lógica e justiça.

Supremacia do interesse público é mola mestra do equilíbrio da distribuição da justiça.<sup>59</sup>

### 3.2.8. Princípio da Prevalência do Interesse Coletivo Sobre o individual

Princípio semelhante ao anterior, no entanto, neste, o conflito de interesses ocorre entre um grupo e um indivíduo. Conquanto, se convença do contrário, via de regra, o operador do direito atenderá ao interesse coletivo, priorizando o bem estar da comunidade.

---

<sup>59</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. 53.

De certo, o sistema normativo agrarista mantém preferência ao regramento do interesse social, pois que a finalidade é manter o equilíbrio das partes na relação processual.

### 3.2.9. Princípio da Proteção e da Dignidade das Pessoas

Todo Homem tem direito à dignidade própria e à cidadania.

Sob o guarnecimento deste princípio estão os trabalhadores do campo, para os quais, visa-se garantir uma condição mínima de vida digna, de subsistência e de trabalho, bem como, de sua família, assegurando-lhes o exercício da cidadania.

A esse favor, a norma agrarista dispõe o cumprimento devido ao poder público em dar assistência técnica e material aos assentados, bem como, a imposição de limites de tempo e tetos mínimos nos contratos agrários, além de outras imposições de política agrária.<sup>60</sup>

### 3.3. Princípios Ordenadores na Jurisdição Agrária

No contexto de sua viabilidade, a razoabilidade da Jurisdição Agrária, somente se perfazerá com a recepção exigente de princípios imprescindíveis à sua formação como órgão jurisdicional, ou seja, princípios que agreguem condições para o efetivo cumprimento da norma e do direito.

A estrutura da Justiça Agrária, assim, teria por base os mesmos princípios que amparam os Juizados Especiais. A importância de se utilizar desses princípios correlaciona-se na razão de que as demandas seriam resolvidas sem que se exigisse a prática de atos processuais complexos, oferecendo a prestação jurisdicional no tempo hábil.

---

<sup>60</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. 53.

Seriam princípios ordenadores da jurisdição agrária, segundo anota J. Paulo Bittencourt, apud Marcílio Toscano Franca Filho <sup>61</sup>, com competência:

### 1) Princípio da Gratuidade Judiciária

A gratuidade judiciária, a fim de garantir o acesso à Justiça sem a necessidade de pagamento de custas. O benefício da justiça gratuita é o direito de dispensa provisória de despesas processuais, perante o juiz que promete a prestação jurisdicional.

É garantia fundamental, haja vista sua inserção no rol dos Direitos e Garantias Fundamentais, sob a escora do artigo 5º, inciso LXXIV onde prevê que “o Estado prestara assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

A acessibilidade da justiça ao campesino depende, indubitavelmente, de propostas democráticas e sociais, que promovam um atendimento, imparcial e gratuito com a finalidade de garantir uma segura prestação jurisdicional.

### 2) Princípio da Simplicidade e Informalidade

O propósito da simplicidade é atender a todos em igualdade, desqualificando qualquer inibição da parte, frente ao Poder Judiciário. Pode-se dizer que a simplicidade significa em dispensar o formalismo, buscando a concentração dos autos.

A informalidade significa, entretanto, que, no crivo da lei, alguns requisitos formais podem ser dispensados, sempre que a ausência não lesionar direito de terceiros nem comprometer o interesse público. Assim, um direito não pode ser negado em razão da inobservância de algumas formalidades;

### 3) Princípio da Celeridade

A exação deste princípio tem sido a principal preocupação dos juristas atualmente. A sua inocorrência, afasta a concretização das garantias constitucionais e a segurança jurídica.

---

<sup>61</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Ob. Cit. 321.

Tem por desiderato, solucionar os conflitos de interesses com rapidez e seriedade. É o caso do processo agrário, posto que a sua efetivação tem valor inestimável, ora porque nas relações conflitantes do rurícola, o desamparo e a intranquilidade só potencializam as insatisfações.

O Princípio da Celeridade tornou-se garantido a partir da Emenda Constitucional n. 45 de 30 de dezembro de 2004, que acresceu no artigo 5º, o inciso LXVIII, (CF/88), o qual informa que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Por assim, este princípio resulta da simplificação dos procedimentos, da instrumentalidade das formas, da busca pela solução dos litígios, dando maiores poderes instrutórios para o juiz, objetivando decisões céleres e seguras;

#### 4) Princípio da Equidade

Maior uso do princípio da equidade, pelo qual é concedido ao juiz certa discricionariedade para avaliar as circunstâncias dos autos.

Equidade vem da palavra latina *aequitas*, *de aequus*, que significa igual, eqüitativo, portanto, é aquilo que se funda na razão absoluta de ordem social e do bem comum visados na aplicação da lei.<sup>62</sup>

Este princípio considera haver uma retidão na aplicação da Justiça no caso concreto em face dos direitos e obrigações assumidas pelas partes em um contrato. Dessa forma, resgata-se o que é bom e justo para dirimir um conflito de interesses utilizando-se dos postulados da razão absoluta de ordem social e do bem comum. Outrossim, evita-se práticas abusivas *inter partes*, deslealdades e espoliações patrimoniais incompatíveis com a probidade e boa-fé.

#### 5) Princípio da Oralidade

---

<sup>62</sup> BORGES, Antonino Moura. Ob. Cit. 53.



A verbalização é designativo essencial para a realização do Princípio da Oralidade.

O contato direto entre juiz e as partes litigantes no processo torna o procedimento mais célere, enxuto e tendente a uma decisão mais justa no julgamento.

Desta feita, o Princípio da Oralidade caracteriza-se fundamentalmente por vincular a pessoa do magistrado, a promover a concentração dos atos processuais em única audiência e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

É princípio fundamental nos processos agrários iniciados nos Juizados Especiais de competência agrária. Outrossim, é irretorquível a sua inclusão na proposta de implantação de uma judicatura agrária.

#### 6) Princípio da Concentração de Provas

A Concentração de Provas indica a efetividade da ação e a agilidade da justiça.

Este princípio recebe guarida no Direito Agrário, visto que nas ações jurídicas agrárias, o procedimento argüido prima pela procedência do Rito Sumario.

Concludente, aos conflitos agrários é favorável o seu exame por este rito, visando dar maior celeridade ao Judiciário.

Alem destes princípios, outras iniciativas seriam relevantes para a realização de um jurisdicionado agrário no Brasil, de forma justa e eficiente. Seriam destacáveis:

- a) a possibilidade do juiz obter assistência técnica de agrônomo, veterinário, agrimensor e economista rural;
- b) a proposta de uma alçada para apelação, evitando-se recursos procrastinatórios;
- c) prioridade para fase prévia de conciliação, e;

d) garantia de um processo de execução simplificado, que semelhantemente à inovação processual civil da Lei n. 11.232/2005, constituir-se-ia num processo bifásico, formado pelas fases de conhecimento e de execução. Tal fato, proporciona possibilidades para que o Estado entregue ao jurisdicionado a tutela a que tiver direito, de maneira célere e em razoável espaço de tempo, contribuindo assim, para a realização da verdadeira justiça, pois que do contrário, o atraso desta entrega poderá caracterizar injustiça.

## **4. JUSTIÇA ESPECIAL AGRÁRIA: FUNÇÃO SOCIAL DO IDEÁRIO AGRARISTA NOS CONFLITOS AGRÁRIOS**

### **4.1. A Justiça Agrária no Contexto Brasileiro**

#### **4.1.1. Precedentes**

A incansável luta pelo acesso a terra no Brasil tem a dimensão da modernidade <sup>63</sup> incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. A primeira década do século XXI está terminando, e os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão vinculado a CNBB, registram esta triste realidade:

No decorrer de 2006 foram catalogadas pela Comissão Pastoral da Terra 761 ocorrências de conflito no campo, com registro de atos de violência e força bruta, envolvendo 86.027 famílias e compreendendo uma área superior 4,7 milhões de hectares. Os registros assinalam que 12.349 famílias foram ameaçadas de expulsão e que 1.809 famílias foram expulsas arbitrariamente de suas terras. Assinalam também que 16.389 famílias foram ameaçadas de despejo, enquanto que outras 19.449 foram efetivamente despejadas. O total de casas destruídas alcançou 5.222, enquanto foram completamente devastadas 2.363 áreas de plantio, ou seja, roças. Neste violento processo de expropriação foram ainda registradas ações de pistoleiros, reforçando

---

<sup>63</sup> Leonilde Sérvolo de Medeiros. Dimensões políticas da violência no campo. In **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Ob. Cit. P. 189.

práticas de grilagem e usurpação de posses, resultando em 42 ocorrências de ameaças de morte, 36 assassinatos e 11 ocorrências de tentativas de assassinato.<sup>64</sup>

Realmente, a violência vem se estabelecendo como o mecanismo mais utilizado na garantia da concentração fundiária brasileira, muito embora, ela seja apenas a consequência de um processo descomunal de opressão perpetrada pela modernidade exclusivista.

É o que se aponta, sem remendos, na voz de Horacio Martins de Carvalho<sup>65</sup>:

A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho ampliam-se por todo canto e lugar, multiplicam-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade tem gerado no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

Frente a esta realidade, a implantação da Justiça Agrária, preferencialmente Federal, tem sido a bandeira empunhada pela comunidade Jus-agrarista de maior destaque, mas, até agora, as autoridades não se sensibilizaram com esse angustiante clamor. Personalidades do Direito Agrário como o Professor Agrarista Benedito Marques<sup>66</sup> tem advertido do percalço que a Judicatura nacional vem ocasionando nas suas atribuições jurisdicionais com as questões agrárias.

Em verdade, não padece dúvida que os problemas do campo se avolumam a cada hora, seja entre os que se situam na terra, seja na regularização de títulos dominiais, seja nos desdobramentos dos contratos agrários, seja nas questões de vizinhança, enfim, nas diferentes relações emergentes das atividades agrárias. E para solucionar tantas questões, a Justiça Comum – ou mesmo qualquer Vara Especial da Justiça Federal – não consegue esvaziar as prateleiras abarrotadas de processos que ocupam os cartórios e escrivatinhas.

O atual modelo de competência jurisdicional para dirimir conflitos agrários tem explicitado como nunca a sua dificuldade estrutural em dar encaminhamento a esse tipo de questão. A incapacidade em garantir efetiva proteção aos ameaçados de morte, o retardamento dos processos judiciais, a morosidade em prender os executantes e mandantes dos crimes e as

<sup>64</sup> Alfredo Wagner Berno de Almeida. A dimensão étnica e ambiental dos conflitos agrários. In **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Ob. Cit. P. 16.

<sup>65</sup> CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. P. 226.

<sup>66</sup> MARQUES, Benedito Ferreira, Ob. Cit. P. 17.

raras condenações, revelam claramente para um público, cada vez mais amplo, os estreitos laços da impunidade e da indiferença no meio rural brasileiro.

Com efeito, o quadro da violência no campo posto na outorga da indiferença pública, remete a conclusão de que o estado de impunidade, no trato dos conflitos agrários, é consciente, e consequentemente, fomenta a continuidade dessas práticas. De forma categórica, a Doutora Leonilde Sérvo de Medeiros <sup>67</sup>, atesta que a permanência de interesses escusos entre o público e o privado, no trato da propriedade rural, prejudica ainda mais este quadro:

A impunidade revela outra face da violência: o profundo comprometimento do Poder Judiciário com os interesses ligados à propriedade da terra, o que coloca um impasse nessas situações de disputa. Num contexto em que o uso da força torna-se uma face presente e naturalizada nas relações sociais e em que se exclui a possibilidade de um recurso para fora da esfera dessas relações de mando. O comprometimento do Judiciário acaba por alimentar ainda mais as ações violentas, na medida em que socialmente se constrói uma expectativa de que não é possível resolver nenhuma pendência fora das regras tradicionais.

Não bastasse este regime de interesses, a herança napoleônica do entendimento privatista da propriedade, como um direito absoluto, compromete ainda mais a resolução dos conflitos agrários.

A violência no campo indica a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro. Como há, de um lado, a defesa dos interesses absolutos da propriedade, nega-se qualquer possibilidade de discuti-los através da constituição de uma outra concepção de direito que coloque em pauta o tradicional lugar da propriedade fundiária. <sup>68</sup>

É clarividente que o atual sistema jurisdicional, por todos os méritos concebidos, vê-se em um estado de real inaptidão para com os clamores do campesinato e seus conflitos. Por ora, a esse patamar, é indubitável a necessidade de uma Justiça capaz de intervir e analisar os problemas agrários com os valores agrários, ou seja, uma “mentalidade social agrarista” <sup>69</sup> voltada para um mundo em que as reações humanas são as mesmas, mas os valores motivadores destas reações humanas são bem diferentes.

---

<sup>67</sup> Dimensões políticas da violência no campo. Ob. Cit. P. 193.

<sup>68</sup> Leonilde Sérvo de Medeiros. Dimensões políticas da violência no campo. Cit. P. 194.

<sup>69</sup> BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do direito agrário**. 9. ed.rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1995, P. 65.

Nas palavras do renomado jusagrarista Octavio Mello Alvarenga <sup>70</sup>, não basta apenas proporcionar meios técnicos mais avançados e dinâmicos, por meio de Leis, com fito de aumentar a rentabilidade e conseqüente melhoria econômica, se o aparelho judiciário é inadequado, assim:

Com efeito, não basta lançar as bases de uma nova política agrária, nem formular conceitos novos de relações humanas. Entregues à justiça ordinária o desate de controvérsias, faltara o dinamismo indispensável a que se lhe imprima rapidez e objetividade.

O supracitado jusagrarista, em tese apresentada à V Conferencia Nacional de Ordem dos Advogados, realizada em agosto de 1974, sob o título Tribunais Nacionais e remédios efetivos para atos vinculados à Economia agrária do Brasil, informou que em decorrência do Estatuto da Terra, editou-se até aquela data, aproximadamente três mil normas legais e administrativas, situando-se em torno de quatorze mil, os mandamentos agrários em vigor no Brasil. <sup>71</sup>

É exatamente neste particular, ao se vislumbrar, essa floresta de leis pertinentes ao homem do campo, que surge a clamorosa necessidade de se instituir um sistema judicial que possibilite tornar efetivo, direitos e deveres aportados no direito agrário existente. Outrossim, a noção de um ordenamento normativo, vasto e complexo, sob o amparo de um aparelho jurisdicional inapropriado, é totalmente paradoxal.

De nada valeria toda uma legislação social avançada, se não houvesse o Brasil criado uma Justiça do Trabalho, que a aplicasse. Não é questão pessoal, pois que das mesmas Faculdades saem os que vão integrar a justiça comum e a justiça trabalhista. É uma decorrência da criação de critérios que modelam as mentalidades. <sup>72</sup>

Portanto, a necessidade da Justiça Agrária no Brasil é um fato, que inegavelmente tem encontrado obstáculos ante as razões de ordem econômica, somada a indissolução da resistência das classes dominantes, ainda não sensíveis à situação do homem do campo.

---

<sup>70</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. **Política e direito agroambiental** – comentários à nova lei de reforma agrária: (Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). – RJ: Forense, 1995, P. 299.

<sup>71</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Ob. Cit. P. 306.

<sup>72</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Ob. Cit. P. 299.

#### 4.1.2. Justiça Agrária no plano Constitucional

Já há algum tempo, a pretensão da Justiça Agrária no Brasil vem sendo cogitada. Até a Constituição de 1988, a mesma foi insistente, mas inutilmente reclamada, ora na doutrina, ora no Congresso, por vozes e votos de indiscutível autoridade.

O saudoso Civilista Rui Barbosa, nos idos da primeira década do Século XX, já preconizava a instituição de uma judicatura campesina, que se portasse como que um alento às discrepâncias da realidade do rurícola. Com efeito, o Ilustre Civilista apontava para esta inovação, porque entendia ser o mecanismo eficaz contra as injustiças ocasionadas aos trabalhadores do campo, naquele momento, razão pela qual advogava a questão:

“... criação de uma justiça chã e quase gratuita, à mão de cada colono, com um regímen imburável, improtelável, inchicável. Toda a formalística, em pendência entre o colono e o patrão, porta em delonga, em incerteza, em prejuízo, em desalento”.<sup>73</sup>

A pretensão do jurisdicionado agrário foi levantada novamente em 1912, por Joaquim Luiz Osório, onde exaltava a referida proposta em seu “Direito Rural”. Mais adiante, a idéia foi sustentada na Câmara dos Deputados por Borges de Medeiros, durante a curta vigência da Carta de 34, e encerrada pelo Estado Novo a 10 de novembro de 37.<sup>74</sup>

A judicatura agrícola teve sua experiência, na forma mais concreta, no Estado de São Paulo, durante o governo de Washington Luiz, em 1922, através da Lei Estadual de 10 de outubro de 1922, regulamentada pelo Decreto nº. 3.548, de 12 de dezembro de 1922, na qual se sustentou à criação de Tribunais Agrários para aquela região. Muito embora, fossem chamados Tribunais Agrários, esses órgãos obtiveram alcance limitado na apreciação de toda conjuntura de demandas agrárias. A experiência da judicatura agrária no Estado de São Paulo, teve a sua permanência ao longo do governo de Júlio Prestes, em 1929, e encerrou-se com a Revolução de 30, por conta da derrocada dos líderes paulistas.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Ob. Cit. P. 300.

<sup>74</sup> MENDONÇA, Otávio. Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil. In, **Direito Agrário Brasileiro**. Coord. Raymundo Laranjeira. São Paulo. LTR, 2000, P. 804.

<sup>75</sup> SOUSA, João Bosco Medeiros de. **Direito Agrário: lições básicas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva 1987, P. 8-9.

Após a tentativa em São Paulo, outras experiências sucederam-se, porém, sem o êxito da concretude alcançado naquele Governo. Qual seja, as novas tentativas de mecanismos com exame na óptica agrária, se mostraram, apenas como que situações fáticas paliativas, privadas da capacidade de um aparelho jurisdicional competente e autônomo. Neste fito, é o saber de Otávio Mendonça <sup>76</sup>:

Em 1941, com o Estatuto da Lavoura Canavieira, apareceram as Comissões de Conciliação entre fornecedores e recebedores de cana-de-açúcar. É um antecedente da Justiça Agrária, tais como os Conselhos Arbitrais, incluídos no Estatuto do Trabalhador Rural, em 63, e as Comissões previstas no Estatuto da Terra em 64. Mas nenhum desses órgãos possuía poder jurisdicional. O recurso a eles, portanto, era, quando muito, preparatório, raras vezes obtinha êxito e quase sempre implicava em delonga inútil.

Notabilizou-se, no comprazimento à criação de uma Justiça Agrária, o impulso pela Emenda Constitucional nº. 10/64, anteriormente citada, que estabeleceu a autonomia legislativa do direito agrário; e, a igual rigor, o implemento do Estatuto da Terra, de 64, que permitiu por sucedâneo, iniciativas mais concretas ao implemento da matéria.

Sob a vigência da Constituição de 67, incentivadas pelo Estatuto de 64, nosso primeiro Código de Terra, sucederam-se iniciativas mais concretas. Em 68, o Ministério da Agricultura nomeava Comissão para estudar o assunto, presidida por Octávio Mello Alvarenga. O Anteprojeto paralisou-se pela crise da sucessão do Presidente Costa e Silva, em 69. Retomado em 74, com alterações coordenadas por Motta Maia, foi submetido a outra comissão, desta vez dirigida pelo Presidente do STF, Ministro Eloy Jose da Rocha, porém novamente abandonado, quando se cogitou de reforma muito mais ampla do Judiciário. Sucederam-se, daí em diante, várias propostas e emendas, sobressaindo às subscritas pelos Senadores José Lindoso, do Amazonas e Franco Montoro, de São Paulo; Deputados Jorge Arbage, do Pará e José Sarney Filho, do Maranhão. Nenhuma se transformou em lei. <sup>77</sup>

Diversas foram as manifestações a favor da instituição de um órgão jurisdicional agrário no Brasil. Algumas proposições foram apregoadas em simpósios e outros eventos jurídicos, na tentativa de se instituir, de alguma forma, este órgão jurisdicional no país:

A idéia uma Justiça Agrária – então denominada “justiça rural”, foi levantada no Instituto dos advogados Brasileiros pela primeira vez, em 1956, por Edgard Teixeira Leite, quando ali compareceu, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, para preconizar a instituição de “juntas de conciliação rural e tribunais rurais”, em primeira e segunda instância. <sup>78</sup>

<sup>76</sup> Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil. Ob. Cit. P. 805.

<sup>77</sup> Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil. Idem.

<sup>78</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Política e direito agroambiental. Ob. Cit. P. 301.



No mesmo sentido:

Sucederam-se proposições em simpósios jurídicos, e tentativas legais para instituir a Justiça Agrária no Brasil. Merecem destaque as conclusões favoráveis nas V e VI Conferências Nacionais da Ordem dos Advogados, no II Congresso Nacional de Agropecuária, na XVIII Conferência Inter-Americana de Advogados e no I Seminário Ibero-Americano de Direito Agrário, reunido no Rio Grande do Sul, em outubro de 75, aprovando a Carta de Cruz Alta, entre cujas reivindicações figuram a urgente criação da magistratura especializada.<sup>79</sup>

Seguiu-se, então, nova recomendação da OAB, no ano de 1976, por ocasião da VI Conferência Nacional dos Advogados, em Salvador. Depois, em 1983, foi a vez do Instituto dos Advogados Brasileiros fechar consenso em torno da matéria, em sessão realizada no dia 4 de junho.

A partir da segunda metade da década de 1980, o cenário político nacional, até então, sob a forma totalitarista, se incorpora aos ideais de democratização. O anseio por “diretas já” fez restabelecer o regime democrático no país. Muito se pensou que após essa abertura política, o conservadorismo ideológico, latente na estrutura política nacional, se convergiria às esteiras do clamor democrático ressurgente, e, assim, as inúmeras propostas políticas, de caráter nitidamente social, tais como a pretensão de um órgão jurisdicional agrário, não seriam mais procrastinadas – pura esperança.

Durante a Constituinte de 1987/1988, o ideal agrarista voltou à pauta, 66,7% dos Constituintes entendiam como necessária à criação da Justiça Agrária. Justiça essa firmada numa estrutura simples, composta de Juiz Agrário, Tribunal Regional Agrário e Tribunal Superior Agrário. No primeiro Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, tendo por Presidente Afonso Arinos e Relator Bernardo Cabral, em julho de 1987, a Justiça Agrária foi prevista no artigo 211, na Seção V, do Capítulo IV, cujo indicativo compreendia-se a parte alusiva à organização do Poder Judiciário.<sup>80</sup>

A articulação das “forças latentes” do país, no entanto, e lamentavelmente, fez desaparecer a Justiça Agrária do texto constitucional, e a seu turno, surgiu o artigo 126 na

---

<sup>79</sup> MENDONÇA, Otávio. Ob. Cit. P. 805.

<sup>80</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Ob. Cit. P. 298.

Constituição Federal de 1988, notoriamente restrito, e que até hoje não revelou a mínima eficácia.<sup>81</sup>

Sem ressalvas – assim foi o descontentamento dos principais agraristas, que indisfarçavelmente dispuseram a sua indignação ao dispositivo elaborado por aquela Constituinte.

De forma meritória, o Professor Paulo Torminn Borges<sup>82</sup>, insatisfeito frente a esta estipulação constitucional, que mais levanta dúvidas a certezas, traça as seguintes palavras:

Tal dispositivo é anêmico, não satisfaz à necessidade de uma justiça agrária (...) Considero, porém, péssimo que a Constituição não tenha instituído a Justiça Agrária. Isto de varas especializadas ou entrâncias especiais, com competência exclusiva para questões agrárias (CF, art. 126), é engodo. Não resolve nem ajuda.

No mesmo intento, Vitor Barboza Lenza<sup>83</sup>, assevera a infelicidade da Constituinte, na apreciação constitucional da questão agrária:

Havia uma grande esperança dos jusagraristas brasileiros, quanto à efetiva criação de uma justiça agrária no Brasil (...) nos moldes assemelhados à Justiça do Trabalho, com Tribunal Superior Agrário, Tribunais Regionais Agrários e Juízes e Junta de Conciliação e Julgamento Agrário. Contudo, os constituintes adotaram essa solução paliativa, deslocando a competência federal dessa justiça especializada para a justiça estadual, resultando no retumbante insucesso dessa idéia.

A Emenda Constitucional nº. 45, de 31 de dezembro de 2004, deu ao art. 126, nova redação, meio que discreta, pois que apenas retirou a designação de juízes de entrância especial, e a seu lugar, estabeleceu a proposta por criação de varas especializadas:

Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.  
Parágrafo único. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.<sup>84</sup>

A EC 45/2004 foi um avanço importante para a celeridade do processo, em âmbito administrativo e judicial. Não obstante, o alcance deste dispositivo, o mesmo tem se mostrado

<sup>81</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 262.

<sup>82</sup> BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do Direito Agrário**. 9 ed.rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1995, P. 65.

<sup>83</sup> LENZA, Vitor Barboza. **Juizados Agrários**. JA. Goiânia: AB, 1995, P. 05.

<sup>84</sup> BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: 1988 – 24 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

precário, principalmente na via jurisdicional, notadamente pela cumulação de demandas em jurisdições de atendimento generalizado, no caso, das lides agrárias.

Nesse frisar, a partir da autorização expressa no art. 126 da CF/88, alguns estados criaram varas agrárias. Todavia, a grande maioria das ações possessórias ainda são julgadas por varas não especializadas, ou seja, em varas de competência ampla, onde se misturam ações de naturezas diversas, sobrecarregadas de processos e sem condições de agilizar suas decisões no ritmo imposto pelas necessidades.<sup>85</sup>

Após a outorga do art. 126 na Constituição, várias tentativas de mudanças foram propostas, no sentido de se criar uma Justiça Agrária mais abrangente do que o disposto na CF. Dentre elas, se destacaram por sua ousadia: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº. 45/95, de autoria do Senador Romero Jucá, que visava instituir a Justiça Agrária de forma completa e como órgão especial e autônomo do Judiciário, e distintamente; a PEC nº. 122/2003, elaborada pelo Deputado Rodolfo Pereira, e apresentada a Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal de 1988, propondo a alteração no rol dos artigos 92, 105, 108, 109 e 128, o acréscimo na Seção V dos artigos 111-A, 112-A, 113-A E 114-A da Constituição Federal e os artigos 90,91 e 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de revogar o inciso XI do artigo 109, e o artigo 126 da Constituição Federal, instituindo a Justiça Agrária.

Sem a pretensão de uma judicatura agrária independente, outras propostas também foram argüidas, no sentido de carrear soluções para o sensível quadro dos conflitos agrários brasileiros. Situar-se por sua importância: o Projeto de Lei Complementar nº. 140/89, sob a autoria do Deputado Vilson Souza, que estabelecia o procedimento contraditório especial para o processo judicial de desapropriação e de imissão de posse para fins de reforma agrária, previsto no art. 184, § 3º da Constituição Federal, e; o Projeto de Lei Complementar nº. 4.005/89, de autoria do Deputado Nilson Gibson, que estabelecia diretrizes para a instituição de Varas Agrárias das Justiças Federal e Estadual, conforme a previsão do art. 126 da CF.

Conquanto, tenham sido objetos de expoente racionalidade, nenhuma destas propostas políticas se evidenciaram no cenário legal brasileiro.

---

<sup>85</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 263.

A sociedade brasileira elevou-se aos patamares de nação democrática e globalizada, e se fez acompanhar dos traços da modernidade e dos avanços tecnológicos do presente, contudo, ainda não conseguiu eliminar as distorções e as desigualdades sociais, notadamente no campo. A estrutura social torna-se cada vez mais complexa, resultando num significativo aumento dos conflitos no campo e na cidade.

O debate em torno da criação da Justiça Agrária não pode ser entendido sob o ponto de vista corporativo, nem tampouco, ser considerado num plano comparativo, a distinguir qual Justiça é melhor que outra. O fundamental é pensar na efetividade da prestação jurisdicional, na agilização do processo, em fazer a justiça chegar de fato ao campo. O que, indubitavelmente, sem a imprescindível atuação do Poder Judiciário, torna-se distante a resolução dos conflitos agrários e a efetivação da reforma agrária.

#### **4.2. A Implantação da Justiça Agrária no Brasil**

Remonta ao início do século passado a primeira manifestação de impacto em favor da implantação da Justiça Agrária no Brasil. Desde o remoto pronunciamento em favor da criação de uma judicatura agrária no País, a sua implantação foi insistentemente reclamada, ora pela doutrina, ora no Congresso Nacional, principalmente após ter sido aprovado o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/64), em 1964.<sup>86</sup>

De fato, as declarações favoráveis a judicatura agrária tem se evocado com preponderância, vez que, a problemática agrária tem aumentado, e ficado mais complexa, e proporcionalmente a isto, tem-se estampado as indisfarçáveis limitações que o Estado tem para a promoção de justiça social no campo, e realização de Reforma Agrária,

Não descurando das argumentações pertinentes à viabilidade da Justiça Agrária, cumpre-se destacar os principais apontamentos das correntes doutrinárias, categoricamente, antagônicas no entendimento da matéria.

---

<sup>86</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 261.

#### 4.2.1. Corrente doutrinária contrária

Conforme se aplaina na lúcida interpretação de Benedito Ferreira Marques, “poucas são as vozes que se levantaram contra a criação de uma Justiça Especial Agrária. Entre elas ganham realce, pela autoridade incontestável dos seus autores, as de *Jacy de Assis, Messias Junqueira e Miguel Reale*.”<sup>87</sup> O elogiado Professor destaca o ponto de vista de cada um no tocante a questão, respectivamente:

O primeiro lança mão de dois argumentos: “*é onerosa e difícil e que não apresentará os necessários resultados.*” O segundo limitou a sua discordância a um argumento singelo: “*não estamos ainda amadurecidos...*” E o terceiro utilizou-se de argumentos de sabor duvidoso, ao dizer *ipsis verbis*: “*...admiro-me que haja quem pense que a estrutura de uma magistratura agrária especializada, alias de discutível utilidade, possa ser feito de improviso, como se tratasse de montar um palco na praça publica para representação de um drama campestre...*”.<sup>88</sup>

Também, se posicionam em completa oposição, Josué Deininger Duarte Medeiros e Celso Araújo Guimarães, apud Marcílio Toscano Franca Filho<sup>89</sup>, para os quais, é refutável a necessidade de constituição de uma Justiça Agrária especializada, pois que haveria dificuldade de delimitação da competência da Justiça Agrária, e ocasionaria prejuízos ao direito de ação, como resultado da diversidade jurisdicional, a provocar dúvidas nos cidadãos acerca de onde propor a ação. Desse modo, é conclusiva a oposição:

Inexistem razões de ordem científica ou prática que justifiquem a criação de uma Justiça Agrária especializada, quer porque seria difícil estabelecer-se os limites de sua competência, quer porque essa competência, sem dúvida, conflitaria com a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Comum, quer porque a especialização de ramos da Justiça não tem obtido resultados satisfatórios; devem as questões agrárias permanecer na competência da Justiça Comum, devendo esta ser aperfeiçoada e dotada dos meios materiais e humanos necessários ao seu bom desempenho, com o que se agilizará o julgamento de todas as questões submetidas ao Poder Judiciário, com evidente melhora da qualidade das decisões.

---

<sup>87</sup> Direito Agrário Brasileiro. Ob. Cit. P. 16.

<sup>88</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Idem.

<sup>89</sup> Josué Deininger Duarte Medeiros e Celso Araújo Guimarães, apud FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Os caminhos da Justiça Agrária no Brasil: Um caso de engenharia político-constitucional. In, **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004, P. 321.

Frente às objeções oposicionistas, na linguagem de C J Assis Ribeiro, apud, Octavio Mello Alvarenga <sup>90</sup>, estas se estabelecem em duas principais correntes, contrárias à feitura de um órgão jurisdicional Agrário, a saber:

Uma, de natureza conservadora e obstrucionista, que negava até mesmo a existência do problema agrário, no Brasil, e, assim, condenava tudo que se relacionava com a Reforma e a Política Agrária; a outra, de natureza demagógica e agitacionista adotada pelos extremistas, subversivos e exploradores das classes trabalhadoras, proclamava que as providências governamentais não tinham valor operante, tampouco eficácia, para corrigir as distorções da estrutura agrária, e, desta forma, propugnavam por medidas radicais, distanciadas da Filosofia Econômica Democrática.

Por ora, quanto às objeções da criação de uma judicatura agrária, percebe-se uma fragilidade incomodante, cuja relação teórica claudica em coerência, posto que a realidade do trabalhador rural integra valores e problemas gritantes, indisfarçáveis num contexto sofredor.

Doravante, o quadro histórico da questão agrária brasileira, consubstancia razões praticas e formais, sustentáveis para a composição de um órgão judicante agrarista. A este frisar, apregoam os defensores da corrente doutrinaria favorável à Justiça Agrária.

#### 4.2.2. Corrente doutrinária favorável

Sem embargos de opiniões em contrario, a maioria dos agraristas pátrios vêm reivindicando a criação de uma Justiça Especial Agrária. Há uma avalanche de argumentos favoráveis que terminam formando uma corrente majoritária. <sup>91</sup>

Respeitante aos inúmeros argumentos favoráveis a Justiça Agrária, faz-se necessário mencionar novamente, a pioneira e oportuna propugnação do Mestre Rui Barbosa, em discurso proferido durante a campanha presidencial de 1910. O jurista baiano, sensível às discrepâncias enfrentadas pelo trabalhador do campo, defendia a implantação de uma judicatura agrícola que fosse hábil e dinâmica, distante de um formalismo atravancador.

---

<sup>90</sup> Política e direito agroambiental. Ob. Cit. P. 303-304.

<sup>91</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Ob. Cit. P. 16.

Num país onde empresas opulentas, associações de capitais poderosos têm a sorte do seu direito à mercê, por essa maneira, do capricho de vontades arbitrárias ou interesses irresponsáveis, em que é que se há de fiar o pobre, o desvalido imigrante? Nem a todos afugenta a carestia da vida. A sobriedade habilita certas raças a arrostarem esses inconvenientes, reduzindo-se a privações, que lhes não custam. Com pouco mais de duas parcas rações de arroz por dia se nutre o colono japonês. Mas de um país sem justiça fogem os mais temperantes, os mais ambiciosos e os mais audazes. Porque a audácia, a ambição e a temperança trabalham para a economia, e a economia vive da segurança, cuja base é a justiça. À compreensão desta necessidade se devem as medidas tentadas para garantir ao trabalhador rural a certeza do seu salário. A Lei nº. 1.150, de 1904, graduou entre os créditos privilegiados, abaixo da hipoteca e do penhor agrícola, os salários dos colonos. A Lei nº. 1.607, de 1906, sujeitou ao pagamento deles, com primazia a quaisquer outros créditos, as colheitas pendentes. Praticamente, porém, essas reformas, bem assim quantas do mesmo gênero se queiram multiplicar, ainda não acertam no ponto vital. Consiste ele na efetividade rigorosa dessas garantias, isto é, na criação de uma justiça chã e quase gratuita, à mão de cada colono, com um regímen imbuível, improtelável, inchicanável. Toda a formalística, em pendências entre o colono e o patrão, importa em delonga, em incerteza, em prejuízo, em desalento. Nesta categoria de débitos, não sendo fácil, o mesmo é que não ser exequível a cobrança. Sugeriu-se que o juiz mais acessível, o de direito, ou o de paz, receba a queixa, e proceda *ex officio*, de plano, quase administrativamente, como nos casos policiais as autoridades respectivas, mediante sumarássima inquirição, com simples audiência de outra parte. Seja como for, ou se abraça este alvitre, ou algum outro equivalente, o essencial está em cometer este gênero de pleitos a uma judicatura, que inspire confiança ao estrangeiro desprotegido, e liquidá-los mediante um processo ligeiro, correntio, rudimentar, mas claro, justo e seguro.<sup>92</sup>

Certamente, essa manifestação de quase um século, tem causado repercussão na ordenança jurídica brasileira, especialmente no meio agrário. É o caso do Agrarista, Octavio Mello Alvarenga<sup>93</sup>, que a lume das palavras do eminente jurista baiano, também tem colaborado com o cabedal de conhecimento da esfera agrária, principalmente, na acolhida de um órgão judicante agrário. Desse modo:

Regendo a funcionalidade do que se entenda por propriedade, posse e utilização dos recursos naturais renováveis, balizado pelos princípios da produtividade e da justiça social, o Direito Agrário do Brasil reclama que a sua aplicação se faça por meio de especialistas, desde a promulgação do Estatuto da Terra, decorrente da memorável exposição de motivos com que se encaminhou ao Congresso Nacional – tendo por base a Emenda Constitucional nº 10, de 10.11.64 – o anteprojeto do que viria a se consubstanciar na Lei 4.504, promulgada a 30 de novembro de 1964. Que a Justiça Agrária seja decorrência natural do Estatuto da Terra não é tese apenas dos jus-agraristas.

As manifestações favoráveis à implantação da Justiça Agrária se sucedem e se avolumam no tempo, na medida em que cresce o acervo bibliográfico da literatura agrarista.<sup>94</sup>

<sup>92</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Ob. Cit. P. 323-324.

<sup>93</sup> Política e direito agroambiental. Ob. Cit. P. 298-299.

<sup>94</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Ob. Cit. P. 20.

Nessa procedência, rege-se o apontamento contundente de Raymundo Laranjeira, apud Benedito Ferreira Marques <sup>95</sup>, que prepondera contra a manifestação do jurista Miguel Reale, em relação à implantação da Justiça Agrária:

Como se discutir a utilidade dessa judicatura se os litígios rurais continuam a proliferar, sem que encontrem uma composição na estrutura judicante existente; ouse, por isso, são dirimidos com base na violência, a qual a própria Justiça, como instituição, é incumbida de evitar? Ao demais, e a contrário do que imagina o jurista Miguel Reale, os defensores da nova magistratura não alvitram uma improvisação, como se tratasse – segundo suas palavras – de montar um palco em praça pública, para representação de um drama campestre (...) É claro que ela terá de ser cuidadosamente montada, conforme, aliás, pudemos alertar anteriormente. Mas drama maior é deixar o Brasil como um imenso anfiteatro, no qual os estropiados dos campos, pobres atores combalidos na vida, se extenuem na exibição da sua penúria cotidiana (...).

Fato relevante tem sido a pauta singular pelo desacolhimento da Justiça Agrária Especial, no enfoque da limitação orçamentária. Os defensores da idéia argumentam que a implantação daquela, ordenaria grandes despesas. A *contrario censu*, Assis Ribeiro, apud Octavio Mello Alvarenga <sup>96</sup>, reclama a investida da judicatura agrária segundo as seguintes razões:

Esse argumento, apesar de velho, impressiona. E, por isso, nunca deixou de ser repetido pelos conservadores e obstrucionistas, conforme o tipo de Justiça Especializada que está na ordem do dia. Combateram a criação da ‘Justiça Eleitoral’ (...) investiram contra os Tribunais Federais de Recursos; (...) deblateram contra a Justiça do Trabalho, ainda com mais ênfase, batendo nessa mesma tecla de economia; atacaram a criação dos Juízes Federais, em face de idêntico ponto de vista. Acontece, porém, que o problema da organização e do funcionamento do Poder Judiciário não pode ser apreciado e julgado em termos tais, isto é, em termos de despesas. O destino da comunidade nacional, em grande parte, para constituir elemento de vida do organismo do estado, depende do harmônico funcionamento do Poder Judiciário.

Assim, percebe-se que a limitação orçamentária transpõe-se como um discurso repetido à exaustão pelos conservadores sempre que se quer fazer algum tipo de mudança na estrutura do Poder Judiciário.

O argumento dos custos não é suficiente para impedir a criação da Justiça Agrária, pois qualquer ampliação da Justiça demanda custo. O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, encaminhou recentemente ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº. 5.829/2005, que cria mais 400 varas Federais e os respectivos cargos em comissão e

<sup>95</sup> Direito Agrário Brasileiro. Ob. Cit. P. 17.

<sup>96</sup> Política e direito agroambiental. Ob. Cit. P. 304.



funções comissionadas. Essa ampliação demanda recursos, os quais poderiam ser canalizados para a criação da Justiça Agrária.<sup>97</sup>

Outro importante apontamento, respaldante à proposta agrarista, é o de Caio Mario da Silva Pereira, que conforme interpretação de Benedito Ferreira Marques<sup>98</sup>, não são apenas os agraristas que defendem a implantação da Justiça Agrária no País, também os civilistas militam nesta seara. Conforme o enfoque:

Não descurando os planos assistenciais, técnicos e financeiros, omitiu, entretanto, o Estatuto um aspecto importante: a instituição de um aparelho judiciário adequado. Com efeito, não basta lançar as bases de uma nova política agrária, nem formular conceitos novos de relações humanas. Entregue à justiça ordinária o desate de controvérsias, faltará o dinamismo indispensável a que se lhe imprima rapidez e objetividade. De nada valeria toda uma legislação social avançada, se não houvesse o Brasil criado uma Justiça do Trabalho, que a aplicasse. Não é questão pessoal, pois que das mesmas faculdades saem os que vão integrar a justiça trabalhista. É uma decorrência da criação de critérios que modelam as mentalidades. A Comissão Agrária instituída no Estatuto da Terra (art. 42) ficou provida de atribuições simplesmente administrativas. É insuficiente. Cumpre dar nascimento a órgãos jurisdicionais especializados para que haja eficiência na aplicação do Estatuto, e particularmente, para que este se imponha sob a inspiração de sua própria filosofia.

Valeria A. B. D. Ferreira, apud Marcílio Toscano Franca Filho, adverte que a questão agrária no Brasil tem importância relevante. É interesse nacional a sua resolução. Complexa e envolvendo poderosos, deveria ser apreciada por um judiciário de expressividade também federal.<sup>99</sup>

Notabiliza-se, a exortação do Juiz, Vitor Barbosa Lenza<sup>100</sup>, percussor dos Juizados Agrários no Estado de Goiás, que na sua perplexidade, “não acredita que um país de dimensão territorial do Brasil e com sua conhecida ‘vocalização agrícola’ não tenha um órgão de jurisdição específico para equacionar suas pendências”.

A Justiça Agrária que se visa instituir, terá como intuito, diminuir as dificuldades do trabalhador do campo, encontrando as soluções mais justas, rápidas e fáceis no acesso ao Poder Judiciário, pois, a terra, a produção e o homem são as próprias razões de ser o Direito Agrário.

<sup>97</sup> REFORMA AGRÁRIA QUANDO? Ob. Cit. P. 268.

<sup>98</sup> Direito Agrário Brasileiro. Ob. Cit. P. 19.

<sup>99</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Ob. Cit. P. 319.

<sup>100</sup> Juizados Agrários (JA). Ob. Cit. P. 2.

Ademais, o respaldo doutrinário por um órgão judicante agrarista é inteiramente relevante, há que se ressaltar, porém, que o problema agrário é complexo, a se interrelacionar com fatores sociológicos, econômicos e políticos, e não será resolvido com a simples instituição de uma jurisdição agrária especializada. Entretanto, é certo que a criação de foros privilegiados para a discussão da questão agrária, como as varas especializadas ou mesmo de uma Justiça Agrária propriamente dita, concretizará algumas diretrizes, indispensáveis ao desenvolvimento das relações no campo.<sup>101</sup>

#### 4.3. A Competência Jurisdicional Agrária nos países estrangeiros

A mentalidade voltada para os problemas agrários tem norteados muitos países a adotarem procedimentos especiais para solucionar questões agrárias. O grau de especialização destes procedimentos indica a medida da preocupação que estes países mantêm com a realidade rural em seus territórios.

O eminente professor Raymundo Laranjeira<sup>102</sup>, em lúcidas considerações, informa que, conforme levantamento realizado, no ano de 1974, por J. Masrevery, do Departamento Jurídico da FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação, pôde-se constatar que a solução das lides agrárias estrangeiras estão previstas em seus ordenamentos jurídicos, sob quatro maneiras diferentes, a saber:

- 1) por vias administrativas comuns, em que se submetem os litígios agrários a um órgão público administrativo, normalmente colegiado, com funções não exclusivamente agrárias, ex.: Argentina, Austrália, Camarão, Espanha, Irlanda, Kênia, Madagascar, Malásia, Senegal, Sri Lanka, Vietnam;
- 2) por vias administrativas especiais, com decisões oriundas de órgãos específicos para a reforma agrária, direta e permanentemente; ex.: Albânia, Argélia, Bolívia, China, Egito, Guatemala, Honduras, Iraque, Irã, Nepal, Tunísia e Venezuela;
- 3) pela via da jurisdição ordinária, ou seja, por meio de órgãos não-especializados do Poder Judiciário, ex.: Brasil, Chile, Equador, Espanha, Jordânia, Paraguai, Uruguai e [ex] Iugoslávia.
- 4) pela jurisdição especial, com a instituição de uma Justiça Agrária, ex.: Alemanha, Cuba, Chile, Filipinas, França, Haiti, Inglaterra, Itália, Kerala (Índia), Países Baixos, Peru e Síria.

<sup>101</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Ob. Cit. P. 328.

<sup>102</sup> LARANJEIRA, Raymundo. **Direito Agrário: perspectivas críticas**. São Paulo: LTR, 1984. P. 75.

Sem desprezar o favor relevante dos apontamentos ofertados pelo professor Raymundo Laranjeira, supracitados na estatística, alguns itens já não se portam mais como tal se apresentavam no referido levantamento. Haja vista, já se passaram mais de trinta anos da sua elaboração.

Não obstante, as alterações ocorridas na ordenança jurídica estrangeira, pertinentes à solução das lides agrárias, a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº. 122/2003, de autoria do Deputado Rodolfo Pereira, em sua justificção doutrinária, traz a lume, o quadro recente de alterações, referentes aos procedimentos estrangeiros de equação dos conflitos agrários, principalmente na América Latina:

Na América Latina são exemplos marcantes de judicatura agrária especializada o México, o Peru, a Venezuela e a Bolívia, podendo ser citados também o Equador, Honduras, Nicarágua. Juizados de Terra e o Tribunal Agrário Superior, em segunda instância, são os órgãos da Justiça Agrária peruana. Os Juizados de Terras, Bosques e Águas, em cada um dos municípios – sede de regiões administrativas agrárias, e em Juizado Superior Agrário, em Caracas, são órgãos da Jurisdição Especial Agrária da Venezuela, criados pela Lei Orgânica de Tribunais e Procedimentos Agrários, de 20 de abril de 1976. As Comissões Agrárias Mistas, previstas na Lei Federal de Reforma Agrária, de 1971, no México, têm competência para questões fundiárias e o que for de interesse da reforma agrária. O Tribunal Agrário Nacional e os nove Juizados Agrários compõem a Justiça Agrária Boliviana, criada pela Lei 1715, de 18 de outubro de 1996, com competência para solucionar os conflitos emergentes da posse e direito de propriedade agrários.<sup>103</sup>

Apesar da minoria, alguns países tem se destacado nas experiências, dos procedimentos adotados, para solucionar as lides agrárias, onde todo e qualquer conflito agrário tem tratamento especial, perante juízos especializados, em todos os graus de jurisdição, inclusive, em Corte Suprema. Nesse passo, exalta-se o pioneirismo europeu.

Na Europa, os *agrodelmingsratter*, da Suécia, são Juízes especializados com competência específica, desde 12 de maio de 1927; o *Irish Land Commission*, da Irlanda, instituída pela *Land Act*, de 1881, sob a administração Britânica, foi reformulada pela *Land Act*, de 09 de agosto de 1923; *Agricultura Land Tribunais*, da Inglaterra e Gales; os *Tribunaux Paritaires Des Baux Ruraux*, da França; os *Tribunais de Águas e Sessões Especiais*, *Tribunais* e *Corte de Apelação*, da Itália, e; os Juízes Agrários Especializados, da Suíça.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> PEREIRA, Rodolfo. **Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda a Constituição nº. 122 de 2003.** Disponível em: [http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122\\_1.htm](http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122_1.htm). Acesso em: 27/02/2008, as 20h30m.

<sup>104</sup> Pereira, Rodolfo. *Idem*.

Na França, o aparelho jurisdicional agrário é modelo. A Jurisdição Agrária francesa teve sua gênese, a partir das Comissões Paritárias de Arbitragem, em 1943, contudo, comportou-se como jurisdição agrária, somente em fins da década de 50, quando, então, os tribunais agrários tomaram sua forma atual. Conforme se transcreve da obra de Marcílio Toscano <sup>105</sup>:

A estrutura muito lembra a da Justiça Laboral brasileira até o advento da EC nº. 24/99. O tribunal agrário francês é presidido por um juiz togado e composto por quatro representantes classistas. O procedimento é simples e flexível. O tribunal deve ser provocado por escrito e as partes são convocadas para comparecimento em audiência de conciliação (podem-se fazer representar por membro do sindicato, advogado ou familiar). Não ocorrendo o acordo, uma audiência de instrução é marcada.

De maneira similar, a judicatura agrária no Reino Unido é uma realidade:

No Reino Unido, com jurisdição sobre a Inglaterra e o País de Gales, a Justiça Agrária é especializada e conferida ao Tribunal de Terras (*Lands Tribunal*), criado em 1950. O Código de Processo Civil inglês (*Civil Procedure Rules*), o qual é aplicado para os tribunais civis comuns, não tem aplicação no âmbito do *Lands Tribunal*, em razão mesmo de sua especificidade e particularidades. Os procedimentos são tais que devem assegurar a plena igualdade entre as partes e o mínimo de formalismos e despesas. As apelações são dirigidas ao Tribunal de Apelação (*Court of Appeal*). <sup>106</sup>

Por tudo, observa-se que a judicatura agrária, faz presença em vários países, possuidores de considerável percentual da população no campo, com estrutura fundiária estável, mas com espaço deficiente para suportar todo o processo fundiário, como no caso dos Estados Unidos. É lastimável, entretanto, a ausência de juízos especializados agrários em países com estrutura agrária deficiente e estrutura fundiária deformada (infelizmente, o Brasil), pois, por certo, reflete a insensibilidade de seus dirigentes, em face da problemática e, principalmente, no aspecto fundamental que toda sociedade, especialmente das urbs, depende dos frutos produzidos pela sociedade agrária. <sup>107</sup>

#### **4.4. A Justiça Agrária como instrumento de cidadania e de democratização do acesso a terra**

<sup>105</sup> Os caminhos da Justiça Agrária no Brasil: Um caso de engenharia político-constitucional. Ob. Cit. P. 322.

<sup>106</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Idem.

<sup>107</sup> Proposta de Emenda a Constituição nº. 122/2003. Idem.

## Preliminares

Bem-estar social é o bem-comum, o bem do povo em geral, expresso sob todas as formas de satisfação das necessidades comunitárias. Nele se incluem as exigências materiais e espirituais dos indivíduos coletivamente considerados; são as necessidades vitais da comunidade, dos grupos, das classes que compõem a sociedade.<sup>108</sup>

As palavras do nobre jurista, supracitado, conduzem a uma sistemática do corpo social, ao qual se reputa a unidade dos entes a fim de se susterem e se auxiliarem, involuntariamente (pois que, pela necessidade).

Contudo, a primazia dos valores indisponíveis e imprescindíveis, assim considerados, destacáveis em uma sociedade e elementares ao gozo da existência e da necessidade humana, vem a contragosto, pairando no óbice da morosidade, da conveniência e das ilegalidades publicas.

Mais que isto, o estado de inércia e despreocupação das autoridades, potencializam os atos de descaso e omissão. Fragilizam a sensibilidade ao drama alheio. E, o que é pior, torna natural este descortinar pútrido e vexativo institucional, comprometendo a segurança social.

Por assim dizer, em relação ao bem-estar social, que são as necessidades vitais da comunidade, dos grupos, e das classes que compõem a sociedade; urge que o social não esmoreça de sua conscientização de cidadania, que o debate social continue viabilizando para a reflexão e à mudança, repugnando de vez a mesquinhez e as fajutices intencionais, dalguns com o acolhimento dos reclamos, e das insatisfações da massa. O Bem-estar social exige participação e comprometimento generalizado.

---

O Poder Judiciário tem um papel social imprescindível no regime democrático, para o amplo exercício da cidadania. A Função Social do Poder Judiciário, enquanto terceiro poder do Estado Democrático de Direito, consiste na garantia, manutenção e principalmente na efetivação dos direitos conferidos pela cidadania.

---

<sup>108</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 17a. edição, São Paulo: Malheiros, 1992.

O cidadão é membro de uma sociedade política e sujeito de direitos sociais e políticos, que ao exercê-los, intervém no governo do país. Reflexo disto são os movimentos sociais de base, que buscam garantir seu espaço pressionando o poder público a buscar estratégias que garantam cidadania para todos.

Nesse espaço factual, os movimentos sociais têm se elevado, como a forma mais evidente da relutância por cidadania no país, mediante suas manifestações populares. Muito embora, a expressão de suas ações, seja entendida num contexto de participação democrática, outras interpretações de cunho, especificamente estatal, entendem como práticas para a desordem social.

Ainda que, as ações do movimento transitem entre uma aparente ilicitude, como um ato de desobediência civil, as manifestações e principalmente as ocupações coletivas de terra, significam na realidade, assim como, os Quilombos, Canudos e o Contestado; o questionamento positivo (no sentido de ação) a legitimidade da ordem jurídica e democrática vigente. Na qual cabe ao Poder Judiciário, discernir entre a legitimidade das ações do poder público e o direito coletivo e difuso dos trabalhadores rurais, a fim de cumprir com a sua função social.<sup>109</sup>

O distanciamento dos sistemas normativos para com as camadas mais baixas da população e a tendência à interpretação às suas ações coletivas como atos de disfunções sociais ou marginais, aliada ao uso do aparato estatal para reprimi-las, tem comprometido as ações do poder público.

Assim, os implementos normativos são instrumentos necessários à manutenção e desenvolvimento da sociedade democrática, mas, ao passo que se distanciam das demandas da sociedade, transforma-se em instrumento ideológico das classes dominantes. Dessa forma:

Construir a democracia não é simplesmente criar leis e deixá-las a guisa do judiciário. *Democracia é participação, é igualdade de oportunidades, é luta constante para a efetivação de direitos, que são conquistados por um povo que pensa e sabe o que é conveniente para ele.* Construir democracia no campo é fazer valer do cumprimento da Magna Carta, no seu teor máximo, no cumprimento da distribuição da justiça, na reforma agrária que não só divide terras, mas sim reforma que oferece oportunidade de fazer o homem permanecer nessa terra, com dignidade.<sup>110</sup> (grifo nosso)

<sup>109</sup> ABREU, Bianca Maria da Conceição. **A função social do poder judiciário no conflito agrário.** Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3476>>. Acesso em: 16/05/2007, às 21h.

<sup>110</sup> MANÍGLIA, Elisabete. **Direito Agrário e Cidadania – Construindo a Democracia no Campo.** Revista de Estudos Jurídicos da Unesp, Franca, a. 7, n. 11, p. 163-172, 2002. P. 171.

O acesso à terra no contexto da cidadania, há de integrar o conteúdo dos direitos humanos fundamentais, na medida em que decorre da terra o direito humano à alimentação e à moradia, direitos consubstanciados no texto Constitucional.

A Carta Republicana, pelo artigo 1º, inciso II, eleva a *cidadania* como fundamento da República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito. Notadamente, no mesmo artigo, no inciso III, resplandece outro Fundamento, o da *dignidade da pessoa humana*.

Evidentemente, os postulados da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* estão contidos no preceito da *dignidade da pessoa humana*, como *fundamento* da República, porquanto não se concebe a dignidade da pessoa humana sem os elementares direitos à alimentação, habitação, bem-estar e segurança.<sup>111</sup>

É cediço que a satisfação desses direitos, todavia, passa pela justa distribuição da terra. Destarte, se o espaço onde a pessoa acomoda o corpo, expande a personalidade, vive suas relações familiares e afetivas e tira o seu sustento, é a *terra*, não há como dissociar o direito de acesso ao imóvel rural da condição de cidadania.<sup>112</sup>

Sobretudo:

Não é difícil entender que o acesso à terra é condição de *cidadania*, na medida em que a satisfação das necessidades vitais de alimentação e moradia - para ficarmos apenas com essas duas - passa necessariamente pelo uso da terra. Esse direito, contudo, tem sido postergado em função de posturas judicantes equivocadas que permanecem atreladas ao raciocínio de que o título dominial se sobrepõe ao exercício da posse agrária. Entende-se que a mudança dessa postura pode ser viabilizada com a *implantação de uma Justiça Agrária com juízes especializados em Direito Agrário*.<sup>113</sup> (grifo nosso)

Portanto, quanto mais preparada e estável estiver a estrutura agrária e mais efetiva for a assistência ao homem do campo, melhor será a produtividade, com o devido

<sup>111</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. **Justiça Agrária, Cidadania e Inclusão Social**. Disponível In: <http://www.abda.com.br/texto/BeneditoFMarques.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2007, às 21h 06 min.

<sup>112</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. Idem.

<sup>113</sup> ALFONSIN, Jacques Távora. **O acesso à terra como conteúdo de Direitos Humanos Fundamentais à alimentação e à moradia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, P. 209.

cumprimento da função social da terra, com produção alimentícia proporcional e de qualidade.

Data vênua, o acolhimento de um órgão jurisdicional agrário, remete-se como fator imprescindível, ao devido cumprimento da garantia do acesso à terra, condição ímpar do dispositivo constitucional, cidadania.

Embora, o problema seja estrutural, oriundo do processo de desenvolvimento brasileiro, para o Poder Judiciário, o grande desafio inicialmente, consiste em admitir o redimensionamento de seu poder no Estado Moderno, que comporta ações políticas e grande responsabilidade social.

Nesse sentido é que se justifica a implantação da Justiça Agrária Especializada, para que, de certa maneira, o Judiciário, não fique dependente do poder político do Estado e possa garantir o exercício da cidadania e aplicabilidade de direitos fundamentais a todos que vivem na comunidade rural.

A Justiça Agrária deverá ser menos burocrática, o que se obterá com a adoção de um rito processual o mais ágil possível, para compatibilizar o Direito e a realidade social. Para tal é imprescindível que se elabore um Código de Processo Agrário, contendo regras claras e precisas no tocante ao que disciplina. No entanto, é despretenciosa a acolhida a um Código Agrário, pois que a codificação engessa preceitos doutrinários, em mudança constante, tendo em vista a dinâmica social.

Por jurisdição, entende-se o poder-dever de que dispõe o Estado para, nos limites de sua soberania, solucionar os conflitos entre as pessoas, aplicando o Direito e, assim, garantindo a paz social. Dessarte, a mencionada jurisdição agrária seria um ramo especializado da função judiciária estatal, que se dedicaria com exclusividade aos problemas inerentes ao meio rural. Tais problemas cobririam, entre outros aspectos:

Questões sobre a propriedade, o domínio e a posse da terra rural; a desapropriação por interesse social, questões relativas à distribuição da terra, colonização e acesso à terra; as questões fiscais, como o Imposto de Renda sobre a produção agropecuária e o Imposto Territorial Rural; os contratos agrários: arrendamento, parceria, empreitada rural, crédito rural e depósito de produtos rurais; as relações individuais e coletivas de trabalho rural, previdência social e acidentes de trabalho no campo; a



economia rural: preços mínimos, armazenagem, produção, subsídios, distribuição e consumo; a inseminação artificial, reprodutores, registro genealógico, mecanização, engenharia rural, aviação agrícola; cooperativismo e sindicalismo rurais; agricultura sustentável: conservação e defesa dos recursos naturais renováveis; proteção penal da propriedade e dos bens rurais bem como da sua fauna e flora; poder de polícia sobre as atividades agropecuárias; questões relativas a convênios, tratados e acordos internacionais sobre defesa sanitária, vegetal e animal, padronização e classificação.

<sup>114</sup>

O âmbito agrário envolve setores cada vez maiores, pertinentes ao imóvel rural. A competência da Justiça Agrária é definida pelo próprio conteúdo do Direito Agrário. Dessa forma, a competência da Justiça Agrária para processar e julgar as questões decorrentes dos fatos regulados pela legislação agrária, conjuga na sua abrangência, demandas intrínsecas do fator homem/terra, ou seja, as questões agrárias e fundiárias, as questões ambientais, as questões indígenas e as questões minerais e de garimpagem.<sup>115</sup>

A tipologia das ações no processo agrário seguirá o modelo vigente: Conhecimento; Execução; Cautelar. Conquanto, na judicatura agrária a fase executória deverá ser simplificada, pois pouco adiantaria se obtivesse uma decisão favorável, sem a possibilidade de seu cumprimento.

A estrutura do Tribunal Agrário, seria nos moldes do Tribunal da Justiça Trabalhista e teria por base os princípios que amparam os Juizados Especiais: a simplicidade, informalidade, oralidade, celeridade e concentração dos atos processuais. A importância de se utilizar desses princípios correlaciona-se na razão de que as demandas seriam resolvidas sem que se exigisse a prática de atos processuais complexos.

Não obstante a valorosa experiência dos Juizados Especiais, referidos na obra do jurista Vitor Barbosa Lenza<sup>116</sup>, estando tais Juizados condicionados a atender aos rurícolas de pequeno potencial econômico ou mesmo aos médios e grandes produtores rurais, em causas de modesto valor, com limite de alçada de 40 salários mínimos, os mesmos ficariam delimitados no alcance em ações de elevado porte.

Sem colocar em dúvida os inestimáveis serviços que tais juizados estão prestando, a seara limitada de seu alcance, de alguma maneira, neutraliza a premência mais ampla e mais aguda, para questões que estão a exigir a adoção dos princípios de

<sup>114</sup> FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Ob. Cit. P. 319.

<sup>115</sup> PEREIRA, Rodolfo. Ob. Cit.

<sup>116</sup> Juizados Agrários. Ob. Cit. P. 06.

oralidade e interveniência do juiz, em processos cujo valor vai a vários milhões de reais, como a grande maioria dos crimes decorrentes de desobediências a disposições de ordem fundiária, ou agroambiental.<sup>117</sup>

A proposta do juizado é valorosa porque conduz a uma perspectiva de justiça agrária até então inexistente e também por iniciar, mesmo que limitado em sua competência e modesto na estrutura, a realização de um judiciário especializado em matéria agrária. Todavia, não é o suficiente, haja vista o estágio atual em que a sociedade brasileira se encontra.

Por certo, o Brasil precisa é de uma Justiça Agrária com estruturação completa: Primeira Instância, Tribunal Regional e Tribunal Superior, conduzindo-se as ações ao Supremo Tribunal Federal, quando forem de sua competência. Seja este órgão judiciário composto por juízes, promotores e técnicos especializados em Direito Agrário, e, o que é mais importante, com mentalidade agrarista.

Sobretudo, os juizes agrários, deverão possuir poderes introdutórios bastante amplos, “com sistemas de provas e critérios de apreciação que dêem ao juiz um papel mais ativo, dinâmico e sensível”<sup>118</sup>, para que, dessa forma, possam entender os interesses da classe trabalhadora do campo. Vale dizer, que sejam juizes agrarista.

Finalmente, não é demais alertar que o processo agrário, para ter a eficácia necessária, terá de ser menos burocrático que os outros, o que somente se obterá com a adoção de um rito processual próprio, que prime pela mediação, conciliação, economia, simplicidade e rapidez, assim, possa compatibilizar o Direito e a realidade social. De nada valerá qualquer esforço no sentido da especialização se continuarem a ser utilizados os lentos procedimentos do processo civil.

---

<sup>117</sup> ALVARENGA, Octavio Mello. Justiça agrária especializada: um ideal postergado. In **O Direito Agrário em Debate/ Alexandre Gonçalves Lippel... [et al.]**; Domingos Sávio Dresch da Silveira, Flávio Sant’Anna Xavier, (Org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, P.217.

<sup>118</sup> João Paulo Bittencourt, Apud PEREIRA, Rodolfo. Ob. Citada.

## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se reunir com maior brevidade, os principais aspectos legais, constitucionais, e histórico-social de interesse ao Direito Agrário, levando-se em conta a importância da matéria na abordagem da problemática agrária atual.

Assim, a dinâmica do estudo foi desenvolvida sob o vislumbre de um retrospecto histórico e com a justificativa das mudanças e das conseqüências sociais que envolveram a modernidade do direito agrário, principalmente no campo dos princípios fundamentais da Republica Federativa do Brasil e principalmente com as mudanças filosóficas e fundamentais sobre a verdadeira natureza do direito de propriedade.

O Direito Agrário vem sofrendo constantemente transformações, de acordo com as necessidades sociais. A sublevação das regras de interesse social tem conferido na matéria agrarista um expoente avanço jurídico-social. Notadamente, tais regras tem sido a base para a garantia alimentar e para a preservação dos recursos naturais, porquanto, inerentes à dignidade da pessoa humana, e à cidadania, inclusive, é causa da erradicação da pobreza e fonte inesgotável de mercado de trabalho e circulação de riquezas.

Neste prisma, a atividade agrária configura-se como o principal elemento conceitual do Direito Agrário, tendo em vista que em função dela, forma-se uma estrutura agrária, dando origem a uma política agrícola eficiente; que, de imediato, seria implementado uma Reforma Agrária para atender aos trabalhadores rurais. Contudo, o que se tem apercebido, reflete-se em somenos expectativas de reformas, e pouca concretude, dentro da sintomática claudicante estrutura agrária brasileira.

Ora, na medida em que os representantes do povo não cumprem os compromissos sociais impostos pela Lei Maior provocando o sofrimento social e aumentando as desigualdades radicais, a situação de vida da população se transforma sempre em um verdadeiro motivo para a criação de constantes conflitos, que via de regra, tem dado razões para o surgimento dos movimentos sociais.

A formação dos movimentos sociais tem um caráter importantíssimo na estrutura política e democrática brasileira, conquanto suas ações se alicercem em fundamentos filosóficos e políticos, adequáveis para a cobrança de expectativas de direitos. Contudo, é preciso que os movimentos sociais, a exemplo, o MST, estejam em constante conscientização de seus objetivos, pois que a desestabilidade pode desviar da finalidade para que foram criados, sendo que a falta de firmeza moral e ideológica das suas lideranças podem enveredar para a transformação em movimentos como de natureza política ideológica.

Ponto semelhante destacável de propostas para a democratização da terra no Brasil, como instrumento necessário para cumprir este desiderato, foi à função social da terra rural. A partir desta garantia, o direito de propriedade passou a ser um poder-dever, que a todos é garantido, mas com o dever de fazer a propriedade particular produzir e respeitar os recursos naturais com exploração racional e adequada.

Este dever legal foi introduzido pela legislação de base sob o *nomen iuris* de função social, que é justamente o instituto que vem de encontro com os fundamentos da República, em especial com a cidadania, a dignidade humana, a segurança alimentar, a erradicação da pobreza e da marginalização, assegurando às pessoas uma existência digna com trabalho e moradia. Negado isto, inexistem as liberdades fundamentais que justificaram o reconhecimento dos direitos humanos e das gentes.

No processo histórico brasileiro constata-se que a propriedade rural sempre foi privilégio de classes abastadas, possuidoras de recursos financeiros suficientes para comprá-la e dela servir-se unicamente no interesse econômico próprio, isto porque, outrora não se exigia obrigações do dono para com interesse coletivo.

Neste conjunto convergente de cumprir a Lei está o Poder Judiciário que não pode ficar alheio e inerte com as questões sociais, principalmente quando for dizer o direito no caso

concreto, porque é por meio dele que se faz o controle dos abusos econômicos e patrimoniais contrários ao equilíbrio e à tranquilidade social.

Há diversas causas que dificultam o acesso ao Poder Judiciário. Não mais importante do que as outras, mas, de grande discussão atualmente é a morosidade processual, que provoca grandes transtornos para aqueles que buscam a prestação judicial. A morosidade que envolve os processos agrários é terrível, posto que a sua permanência no processo faz gerar a impunidade, comprometendo o bem-estar social.

Por assim, a implantação de uma Justiça Agrária Especializada é a proposta mais adequada para trazer harmonia nas relações agrárias. De certo, sendo composta de profissionais especializados e com mentalidade agrarista, poderá oferecer uma prestação jurisdicional mais justa, sem a improvisação existente hoje. Corrobore-se que, um órgão jurisdicional agrário, comprometido com os princípios informadores do Direito Agrário será mais social, no sentido de oferecer decisões menos privatista.

O estudo em voga defende a instituição de Tribunais Agrários Especializados nos moldes da Justiça do Trabalho e sob a égide dos Princípios informadores dos Juizados Agrários.

A tentativa de uma judicatura agrária foi afastada com a promulgação do artigo 126, pelo Constituinte originário. Não obstante, a proposta de Varas Agrárias configura-se como um precedente para a implantação de Justiça Agrária, visto que a problemática agrária é uma preocupação nacional. Outrossim, a competência da Justiça Agrária abrangerá, não só matéria agrária, como ocorre na previsão do art. 126, da CF/88, também atenderá a outras disciplinas correlatas, tais como, a matéria ambiental, mineraria e indígena.

Ademais, o respaldo doutrinário por um órgão judicante agrarista é inteiramente relevante, há que se ressaltar, porém, que o problema agrário é complexo, a se interrelacionar com fatores sociológicos, econômicos e políticos, e não será resolvido com a simples instituição de uma jurisdição agrária especializada. Entretanto, é certo que a criação de foros privilegiados para a discussão da questão agrária, como as varas especializadas ou mesmo de uma Justiça Agrária propriamente dita, concretizará algumas diretrizes, indispensáveis ao desenvolvimento das relações no campo.

## 6. REFERENCIAS

ABREU, Bianca Maria da Conceição. **A função social do poder judiciário no conflito agrário**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3476>>. Acesso em: 16/05/2007, às 21h.

ALFONSIN, Jacques Távora. **O acesso à terra como conteúdo de Direitos Humanos Fundamentais à alimentação e à moradia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

ALVARENGA, Octávio Mello. **Manual de direito agrário**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Política e direito agroambiental** – comentários à nova lei de reforma agrária: (Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). – RJ: Forense, 1995.

ANDRADE, Manuel Correa. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário** - 1ª edição – CL EDIJUR – Leme – SP, 2005.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do Direito Agrário**. 9 ed.rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

**Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988 – interpretação e crítica**. São Paulo: RT, 1990.

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito Agrário: perspectivas críticas**. São Paulo: LTR, 1984.

LENZA, Vitor Barboza. **Juizados Agrários**. JA. Goiânia: AB, 1995.

MANÍGLIA, Elisabete. **Direito Agrário e Cidadania – Construindo a Democracia no Campo**. Revista de Estudos Jurídicos da Unesp, Franca, a. 7, n. 11, p. 163-172, 2002.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. – 6. ed. ver. , atual. e amp. – Goiânia: AB, 2005.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Justiça Agrária, Cidadania e Inclusão Social**. Disponível In: <http://www.abda.com.br/texto/BeneditoFMarques.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2007, às 21h 06 min.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 17a. edição, São Paulo: Malheiros, 1992.

MIRANDA, Alcyr Gursen de. **Teoria de direito agrário**. Belém: CEJUP, 1989.

PEREIRA, Rodolfo. **Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda a Constituição nº. 122 de 2003**. Disponível em: [Http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122\\_1.htm](Http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122_1.htm). Acesso em: 27/02/2008, às 20h30m.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1981.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: Formação e Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, João Bosco Medeiros de. **Direito Agrário: lições básicas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva 1987.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa-ômega, 1994.

## **OBRAS CONSULTADAS:**

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** – 24 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

**Conflitos no Campo Brasil 2006**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006.

**Direito Agrário Brasileiro**. Coord. Raymundo Laranjeira. São Paulo. LTR, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed.rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

**Introdução crítica ao direito agrário/** Mônica Castagna Molina, José Geraldo de Sousa Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto (Organizadores) – Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

**Mini Vade Mecun de Direito: 7 em 1.** Anne Joyce Angher, organização. 1 ed. – São Paulo: Rideel, 2004.

**O Direito Agrário em Debate/ Alexandre Gonçalves Lippel... [et al.];** Domingos Sávio Dresch da Silveira, Flávio Sant Anna Xavier, (Org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

**Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil/** Deputado João Alfredo Telles Melo, (Org.). Brasília, 2006.

#### **SITES CONSULTADOS:**

[Http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=228](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=228)>

[Http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3476](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3476)>

[Http://www.abda.com.br/texto/BeneditoFMarques.pdf](http://www.abda.com.br/texto/BeneditoFMarques.pdf)

[Http://www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf](http://www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf).

[Http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122\\_1.htm](http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122_1.htm)

[Http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/1/Mariana\\_Trotta\\_Dallalana\\_Quintans.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/1/Mariana_Trotta_Dallalana_Quintans.pdf).

[Http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf\\_136/r136-29.pdf](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_136/r136-29.pdf)

[Http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf\\_137/r137-20.pdf](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_137/r137-20.pdf).

[Http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf\\_163/R163-22.pdf](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_163/R163-22.pdf)

[Http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr121-130.pdf](http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr121-130.pdf)